

Demonstrações Contábeis Regulatórias 2020

Ampla Energia e Serviços S.A.

Enel Distribuição Rio

CNPJ: 33.050.071/0001-58

Ampla Energia e Serviços S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório da administração regulatório.....	01 a 17
Balanços regulatório.....	18 a 19
Demonstrações dos resultados regulatórias.....	20
Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias.....	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias.....	22
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias.....	23
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatória.....	24 a 109
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	111 a 115

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIA 2020

1 CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO*

A Enel Distribuição Rio é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1996, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até dezembro de 2026.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Rio é 15 de março.

Bandeiras Tarifárias vigentes

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

Em função da pandemia, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº1.511/20, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, de junho a dezembro, não existiu definição de PLD gatilho pela CCEE para as bandeiras tarifárias.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

Relatório da Administração Regulatória Enel Distribuição Rio 2020

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Reajuste Tarifário 2020

Em 10 de março de 2020, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, a partir de 15 de março de 2020. O resultado levou ao efeito médio percebido pelos consumidores de 2,71%, sendo 3,38% para os consumidores conectados em alta tensão e 2,48% para os conectados em baixa tensão. O reajuste foi homologado por meio da resolução homologatória n.º 2.666 e vigorará de 15 de março de 2020 a 14 de março de 2021.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa n.º 885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL n.º 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta-Covid. A Companhia requereu por meio da Conta-COVID o total de R\$ 799,5 milhões, integralmente recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração Regulatória

Enel Distribuição Rio 2020

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art. 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntária, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço que a Enel Rio tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão, a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.930, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2020	2019	Var.%
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.231	11.562	-2,9%
Receita Bruta (R\$ mil)	9.089.359	8.977.475	1,2%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.425.018	5.232.708	3,7%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	419.915	840.489	-50,0%
Margem EBITDA (%)*	7,74%	16,06%	-8,32 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)*	(8.469)	446.284	<-100,0%
Margem EBIT (%)*	-0,16%	8,53%	-8,69 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(249.696)	165.702	<-100,0%
Margem Líquida	-4,60%	3,17%	-7,77 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	771.920	713.076	8,3%
DEC (12 meses)*	11,24	13,29	-15,4%
FEC (12 meses)*	6,51	8,33	-21,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	93,63%	97,43%	-3,80 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	21,91%	22,38%	-0,47 p.p
Nº de Consumidores Totais*	2.949.298	2.938.895	0,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	983	966	1,8%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.166	1.442	-19,1%
PMSO (3)/Consumidor*	479,53	367,17	30,8%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	306	366	-16,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.635	8.020	20,1%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

3 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2020	2019	Var. %
Mercado Cativo	2.744.683	2.646.898	3,7%
Residencial - Convencional	2.390.848	2.314.444	3,3%
Residencial - Baixa Renda	136.785	109.179	25,3%
Industrial	3.284	3.455	-4,9%
Comercial	132.492	139.115	-4,8%
Rural	63.642	63.050	0,9%
Setor Público	17.632	17.655	-0,1%
Clientes Livres	674	484	39,3%
Industrial	131	117	12,0%
Comercial	503	333	51,1%
Setor Público	39	33	18,2%
Residencial	1	1	-
Revenda	24	24	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	2.745.381	2.647.406	3,7%
Consumo Próprio	305	351	-13,1%
Consumidores Ativos Não Faturados	203.612	291.138	-30,1%
Total - Número de Consumidores	2.949.298	2.938.895	0,4%

A Companhia encerrou o 2020 com um aumento de 3,7% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado no 2019, principalmente, pelo crescimento na classe residencial, parcialmente compensados pela redução na classe comercial e industrial, decorrente da piora do cenário econômico em função da pandemia do COVID-19. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 0,4% entre períodos.

Em 2020, os investimentos voltados para novas conexões totalizaram, R\$249,5 milhões, 8,2% inferior ao valor registrado em 2020.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2020 em 11.231 GWh, redução de 331 GWh em relação a 2019. Esse efeito é decorrente, principalmente, da redução do mercado cativo e de revenda, parcialmente compensado pelo aumento de consumo no mercado livre, conforme apresentados a seguir.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2020	2019	Var. %
Mercado Cativo	8.095	8.521	-5,0%
Clientes Livres	2.643	2.538	4,1%
Revenda	494	503	-1,8%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.231	11.562	-2,9%

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2020

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2020	2019	Var. %
Residencial - Convencional	4.719	4.649	1,5%
Residencial - Baixa Renda	210	190	10,5%
Industrial	179	226	-20,8%
Comercial	1.565	1.914	-18,2%
Rural	173	174	-0,6%
Setor Público	1.248	1.368	-8,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	8.095	8.521	-5,0%

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 5,0% no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019. Esse efeito decorre, sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas. Em adição, contribuiu a migração de clientes para o ambiente de contratação livre (“ACL”).

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2020	2019	Var. %
Industrial	1.956	1.949	0,4%
Comercial	521	473	10,1%
Setor Público	161	111	45,0%
Residencial	5	4	25,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	2.643	2.538	4,1%

O transporte de energia para os clientes livres apresentou um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior, decorrente, basicamente, da migração de clientes para o ambiente de contratação livre. Apesar do aumento, o volume per capita transportado para os clientes livres apresentou uma redução de 25,2% no ano de 2020, sobretudo nas classes industrial e comercial, resultado, principalmente, da contração da atividade econômica resultante da pandemia do COVID-19.

Indicadores operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2020	2019	Var. %
DEC 12 meses (horas)	11,24	13,29	-15,4%
FEC 12 meses (vezes)	6,51	8,33	-21,8%
Perdas de Energia 12 meses (%)	21,91%	22,38%	-0,47 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	93,63%	97,43%	-3,80 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.166	1.442	-19,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	306	366	-16,5%
PMSO (1)/Consumidor	479,53	367,17	30,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.635	8.020	20,1%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Os

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2020

indicadores DEC e FEC apresentaram significativa evolução em 2020¹ em relação a 2019, com redução na ordem de 15,4% e 21,8% respectivamente.

Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos, além de melhores condições climáticas no ano de 2020, uma vez que o ano de 2019 foi fortemente influenciado pelos efeitos climatológicos do El Niño, que atingiu toda a área de concessão da Companhia no 1º semestre.

Em 2020, os investimentos voltados para adequação de carga e qualidade do sistema totalizaram R\$ 178,4 milhões, 9,9% inferior ao valor registrado em 2020.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 21,91 %* ao final de 2020, uma redução de 0,47 p.p. em relação às perdas registradas no ano de 2019, de 22,38%*. Essa melhoria foi alcançada mesmo com redução na energia injetada, considerando o período de 12 meses, e menor faturamento decorrente dos impactos da pandemia do Covid-19.



Esse resultado é decorrente do foco destinado pela Companhia a ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, e, sobretudo, do seu ciclo comercial, incorporando ao planejamento de 2020, projetos visando: (i) à recuperação de clientes cortados; (ii) mapeamento e conexão de mais de 12 mil consumidores clandestinos; (iii) redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e; (iv) melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo.

Além disso, a Companhia manteve forte atuação nas ações de combate a fraudes e furtos de energia, com aumento de 15% no volume de inspeções em clientes e o desenvolvimento do projeto “Energia Legal”. O projeto disponibiliza uma equipe multidisciplinar e, juntamente com as forças policiais, desenvolve uma ação em determinadas áreas com o objetivo de realizar inspeções nos clientes, atendimentos comerciais, cadastro na tarifa social, entre outras demandas.

A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 140,6 milhões* em combate a perdas no ano de 2020, e R\$ 54,4 milhões* em 2019.

Resultado

¹ Os valores de fechamento do ano 2020 dos indicadores de qualidade consideram uma liminar em favor da Enel Rio perante à ANEEL para expurgar um evento externo da transmissora Furnas, que ocorreu no dia 02 de outubro 2020.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2020

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2020	2019	Var.%
Receita Operacional Bruta	9.089.359	8.977.475	1,2%
Deduções à Receita Operacional	(3.664.341)	(3.744.767)	-2,1%
Receita Operacional Líquida	5.425.018	5.232.708	3,7%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(5.433.487)	(4.786.424)	13,5%
EBITDA(1)*	419.915	840.489	-50,0%
Margem EBITDA*	7,74%	16,06%	-8,32 p.p
EBIT(2)*	(8.469)	446.284	<-100,0%
Margem EBIT*	-0,16%	8,53%	-8,69 p.p
Resultado Financeiro	(363.644)	(199.156)	82,6%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	122.417	(81.426)	<-100,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(249.696)	165.702	<-100,0%
Margem Líquida	-4,60%	3,17%	-7,77 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(1,50)	3,69	<-100,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio alcançou R\$ 9,1 bilhões, montante 1,2% superior em relação ao ano de 2019. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

- Aumento em R\$ 353,3 milhões em ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente de constituição de ativo regulatório no período;
- Incremento em R\$ 16,1 milhões na receita de uso da rede elétrica – consumidores livres-revenda, em função da migração líquida de clientes ao ambiente de contratação livre;
- Efeito positivo de R\$ 14,8 milhões em subvenção de recursos da CDE em razão do ajuste das previsões de desconto para o próximo ciclo tarifário; e
- Variação positiva de R\$ 23,1 milhões na receita oriunda de subvenção baixa renda, relacionado às medidas aplicadas pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia (Medida Provisória 950).

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo(a):

- Redução (i) de R\$ 237,6 milhões no fornecimento de energia elétrica como resultado, principalmente, do menor volume de energia vendida no mercado cativo no período acumulado; e (ii) efeito positivo, de R\$ 18,4 milhões, do mecanismo de Venda de Energia Excedente – MVE registrado em 2019, que não ocorreu em 2020.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2020 apresentaram uma redução de 2,1% em relação ao ano anterior, registrando R\$ 3,7 bilhões. A principal variação consiste na redução de R\$ 45,1 milhões nos encargos setoriais, em razão, principalmente, da redução de encargos da CDE em R\$ 47,5 milhões, decorrente do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados de aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2020

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

Os custos e despesas operacionais em 2020 tiveram um incremento de 13,5% (R\$ 381,7 milhões), em relação a 2019. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis (incremento de R\$ 284,4 milhões): totalizaram R\$ 3,6 bilhões, 8,6% maior em comparação ao valor registrado em 2019. Os principais efeitos foram:

- aumento na rubrica Energia elétrica comprada para revenda (R\$ 102,8 milhões) decorrente, principalmente, de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização cambial, parcialmente compensado pela menor necessidade de compra de energia (CCEE, CCEAR) e Proinfa, além da redução do risco hidrológico em comparação ao ano anterior, em linha com a redução do PLD ;
- aumento de R\$ 30,2 milhões em custos com Encargos dos Serviços do Sistema (ESS), em função, sobretudo de maiores restrições operativas;
- aumento na rubrica Encargos do Uso do Sistema de Transmissão (R\$ 151,5 milhões), decorrente, sobretudo, do reajuste anual das transmissoras, que ocorre em julho.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 362,7 milhões): Esta variação é resultado, principalmente:

- Aumento de R\$ 261,1 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes e impede que qualquer débito contraído durante o período de vigência seja objeto de corte futuro.
- Incremento de R\$ 68,6 milhões em despesas com material e serviços de terceiros, decorrente das iniciativas de adequação de processos técnicos e comerciais visando à melhoria da qualidade de atendimento e operação, além da aquisição de equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19;
- Aumento de R\$ 74,5 milhões em outras despesas operacionais, reflexo parcial de (i) aumento de custos com contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, iniciado em março desse ano, conforme despacho Aneel nº 560/2020, (ii) de reclassificação de despesas, que antes estavam registradas na linha de serviços de terceiros e; (iii) maior despesa com multas e tributos.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo(a):

- Redução de R\$ 80,3 milhões na rubrica de Provisão para Riscos Fiscais Cíveis e Trabalhistas, decorrente da reversão de processos jurídicos devido a decisões favoráveis à Companhia, e do menor volume de processos reconhecidos em comparação ao ano anterior;
- Redução de R\$ 1,5 milhões em despesa de pessoal, em função, sobretudo, da redução de gastos variáveis com pessoal no período de pandemia.

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2020

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 419,9 milhões no ano de 2020, o que representa uma redução de 50,0% em relação ao ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 840,5 milhões.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2020	2019	Var.%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(249.696)	165.702	<-100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 24)	122.417	(81.426)	<-100,0%
(+) Resultado Financeiro (NE 26)	(363.644)	(199.156)	82,6%
(=) EBIT	(8.469)	446.284	<-100,0%
(+) Depreciações e Amortizações	428.384	394.205	8,7%
(=) EBITDA	419.915	840.489	-50,0%

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio totalizaram R\$ 363,6 milhões, R\$ 109,8 milhões superior ao registrado em 2019. As principais variações foram:

- Aumento de R\$ 182 milhões com atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas por conta de decisão, em segunda instância, da restituição do valor cobrado a maior (efeito cascata) de tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80;
- Redução de R\$ 12,2 milhões com renda de aplicação financeira, em decorrência, sobretudo, do menor CDI médio acumulado, de 5,96% em 2019 para 2,75% em 2020;
- Redução de R\$ 26,5 milhões na receita de variação monetária de ativos setoriais, devido ao menor saldo médio anual das CVA's ativas.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Redução de R\$ 70 milhões com encargo de dívidas e mútuos, de menor taxa de juros em 2020 e do pré-pagamento das operações com o BNDES em julho de 2019;

Tributos e Outros

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma redução de R\$ 31,320 milhões em relação ao ano de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da diminuição da base de cálculo desses tributos.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2020 um prejuízo regulatório de R\$ 249,7 milhões, uma variação de R\$ 415,4 milhões comparado ao lucro regulatório registrado no ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 165,7 milhões.

* Valores não auditados pelos auditores independentes
* Valores não auditados pelos auditores independentes

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2020	2019	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	4.278.639	3.858.060	10,9%
Dívida com Terceiros	2.211.517	2.868.104	-22,9%
Dívida Intercompany	2.067.122	989.956	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	696.241	409.320	70,1%
Dívida líquida (R\$ mil)	3.582.398	3.448.740	3,9%

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 421 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 1.950 milhões para capital de giro, dos quais R\$ 850 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 750 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 350 milhões a dívida bancária; (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 165 milhões; compensados parcialmente, por (iv) amortizações em torno de R\$ 1.529 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 163 milhões ocorridos entre os períodos.

A Enel Distribuição Rio encerrou 2020 com o custo médio de dívida no período de 4,05% a.a.*, ou CDI + 1,24% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700 milhões.

Devido às incertezas causadas pela pandemia do COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, a ampliação do limite de mutuo em R\$ 1.000 bilhão, o qual passou a R\$ 2.700 bilhão, dos quais, em 31 de dezembro de 2020, estavam disponíveis o montante de R\$ 685 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.316 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Índices Financeiros - Covenants

A Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2020. Segue abaixo o

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2020

cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da Enel Distribuição Rio (9ª e 10ª emissão). Os índices são calculados seguindo disposições contratuais e segue o padrão IFRS.

<u>Cálculo dos Indicadores Financeiros*</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) Líquido	48.924
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(26.896)
(-) Resultado Financeiro	(237.921)
(-) Provisões para Contingências	(23.262)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(281.383)
(-) Depreciação e Amortização	(435.482)
EBITDA 12 Meses	1.053.868
Empréstimos e Financiamentos	1.206.587
Debêntures	1.004.930
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)	1.864.524
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	566.686
(-) Aplicações Financeiras	129.555
(-) Depósito em garantias de financiamento	-
Dívida Financeira Líquida	3.379.800
Covenant Financeiro	
Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50	3,21

6 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	<u>2020</u>	2019	Var. %
Novas Conexões	249.495	271.711	-8,2%
Rede	319.028	252.477	26,4%
Combate às Perdas	140.638	54.427	>100,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	156.829	190.924	-17,9%
Adequação à carga	21.561	7.126	>100,0%
Outros	203.397	200.302	1,5%
Total Investido (1)	771.920	713.076	8,3%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	(2.297)	(3.166)	-27,4%
Investimento Líquido	769.623	709.910	8,4%

(1) Valor de 2019 considera variação de estoque (R\$ - 11.414 mil). Valores não consideram capitalização de juros sobre obras em andamento (JOA)

Em 2020, a Companhia investiu R\$ 769,6 milhões, montante 8,4% superior ao investido em 2019, com foco em expansão, por meio de novas conexões, em atividades e adequação de infraestrutura com foco no combate às perdas e melhoria da qualidade do sistema elétrico. Na rubrica "Outros" destacam-se também os investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação ("TIC"), manutenção corretiva e segurança e meio ambiente.

7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

A Enel Distribuição Rio mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Desta forma, envolve todas as áreas da companhia para desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel têm metas diretas para seis deles:

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2020

Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2020, a holding apoiou os países de sua área de atuação no enfrentamento e na redução dos danos causados pela Covid-19. No Brasil, com a campanha #JuntosNaMesmaEnergia, foi lançado um pacote de iniciativas que destinou R\$ 23,4 milhões para diversas ações em várias frentes no país, incluindo a doação de R\$ 3 milhões para produção de testes rápidos pela Fiocruz, distribuição de cestas básicas, alimentos, itens de higiene, EPIs, máscaras de proteção cirúrgicas e leitos de unidades de terapia intensiva. A Enel apoiou a geração de renda de pequenos produtores por meio da produção de máscaras e cobertores de proteção que foram doados à população. A empresa adaptou seus projetos de sustentabilidade para que as comunidades fossem atendidas durante o período de isolamento social, realizou diversas oficinas e atividades online, além de promover a eficiência energética em 14 hospitais que cuidam de pacientes com Covid no país. Por meio de seu portal de voluntariado, Rede do Bem, foram realizadas campanhas de incentivo à participação de colaboradores e clientes em ações como: doação para a produção de testes rápidos pela Fiocruz; doação, em sistema virtual de crowdfunding, para instituições sociais de cinco estados brasileiros, entre outros. Essas ações envolveram mais de 1.000 voluntários.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são foco de sua atuação. A Enel Distribuição Rio conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede que, em 2020, atuou com 205 líderes comunitários de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas locais para o desenvolvimento dos projetos e em parceria estratégica com as áreas de gestão de perdas, cobranças e mercado.

Os 37 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Rio em 2020 beneficiaram cerca de 300 mil pessoas, com um investimento de R\$ 48,7 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 1,5 milhão em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Plano de Doação Covid-19 #JuntosNaMesmaEnergia: No total, foram doadas mais de 1.100 cestas básicas para instituições filantrópicas, populações vulneráveis e minorias étnicas, cerca de 2.000 máscaras e 2.300 itens de higiene para abrigos e comunidades de baixa renda, além de mais de 500 equipamentos hospitalares e ações de eficiência energética para 2 hospitais públicos na área de concessão da Enel Distribuição Rio. Atualmente, estão em curso duas ações para fomento ao pequeno empreendedor, proporcionando geração de renda e capacitação para inserção no mercado de trabalho para cerca de 1.000 pessoas.

Ecoenel: Iniciativa de eficiência energética que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. O projeto encerrou o ciclo de 2020 com 70 ecopontos ativos, 1.229 toneladas de resíduos arrecadados e mais de R\$ 370 mil em bônus na forma de desconto na conta de energia. Através da reciclagem dos resíduos recebidos, foram economizados mais de 5 milhões de KWH em energia e foi evitada a emissão de cerca de 3.860 toneladas de CO².

Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética: é um instrumento de seleção de projetos de Eficiência Energética para clientes, principalmente dos setores comercial e público, e ocorre de acordo com os requisitos determinados pela ANEEL. Em 2020, foram inaugurados dois projetos de efficientização nos municípios de Niterói e Rio das Ostras, que beneficiaram um hospital e 8 instituições de ensino. Tais ações

Relatório da Administração Regulatória

Enel Distribuição Rio 2020

possibilitaram uma economia na ordem de 751 MWh/ano através da substituição de lâmpadas, aparelhos de ar-condicionado e instalações de painéis solares nestas instituições.

Enel Compartilha Cidadania - Regularização de Consumidores: projeto voltado para a regularização de residências de consumidores conectados à rede elétrica da companhia. Em 2020, o projeto atuou também em obras de extensão de rede e em áreas de proteção ambiental recém regularizadas. Foram conectados ao todo 11.566 novos clientes, em 59 municípios, que também receberam troca de chuveiros e lâmpadas por modelos mais eficientes.

Rede do Bem: Lançada em 2012, a Rede do Bem, programa de voluntariado da Enel no Brasil, estimula a cidadania e a cultura de engajamento social, através de campanhas, mutirões e doações, com apoio de uma plataforma digital que permite aos colaboradores da empresa serem protagonistas das atividades. Em 2020, foram engajados 1.659 voluntários(as) e beneficiadas mais de 20 mil pessoas. Além das diversas ações voltadas para apoio ao combate do COVID-19, outro destaque foi a ação Mulheres de Energia, voltada para a promoção da equidade de gênero, que alcançou 768 beneficiados em colégios e universidades.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) o programa se divide em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2020 alcançou o total de 5.442 participantes em 27 atividades de engajamento.

Parceiro Responsável: Desde 2007, esse programa desenvolve a cadeia de suprimentos da Enel sobre sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU. Em 2020, foram capacitadas 1.206 pessoas de 364 empresas fornecedoras, além de 133 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Em 2020, a Enel realizou o 2º Ciclo de DDDH para identificar riscos, impactos e oportunidades de melhoria em suas atividades no Brasil. A metodologia envolveu todos os principais stakeholders e identificou o nível de 95% de integração das políticas da Enel aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada no 1º Ciclo de DDDH, de 2017, e gerou um Plano de Ação de melhorias para os próximos 2 anos, que será monitorado pelo Comitê Executivo da Enel.

Certificações

A Enel Distribuição Rio de Janeiro conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno

Saúde e Segurança do Trabalho

A segurança dos colaboradores próprios, prestadores de serviços e da comunidade é um valor para organização. A gestão dos indicadores de segurança segue as referências das normas ISO 45001, e nosso procedimento interno HSE 17-0013, Comunicação e tratamento de acidentes, que define critérios para o registro, comunicação, investigação e análise de acidentes do trabalho, suas causas e consequências, aplicando-se a quaisquer atividades laborativas. Os indicadores estabelecidos, são apresentados a seguir:

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2020

	Próprios		Parceiros	
	2019	2020	2019	2020
Fatal - Típico	0	0	0	1
Acidentes Típico (com afast.)	0	0	6	5
Acidentes Típico (sem afast.)	0	0	0	0
Taxa de Frequência - TF	0	0	0,37	0,31
Taxa de Gravidade - TG	0	0	0,06	0,1

A performance dos indicadores mostra a melhora do desempenho em relação à frequência, resultado das ações preventivas do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho. A Companhia tem intensificado programas de Avaliação e de Suporte, de forma periódica para as equipes próprias e para as empresas contratadas.

Com o empenho da Companhia sobre o Programa de Saúde e Segurança do Trabalho 2020, é possível verificar uma melhora da performance com equipes próprias, onde tem-se um decréscimo de 20% na quantidade de acidentes com equipes contratadas e zero acidentes com pessoal próprio, em relação a 2019.

Segurança da População

No ano de 2020 foram reportados 74 acidentes com a população, o que representa um acréscimo de 37% se comparado com o ano de 2019, de 54. A maior parcela dos acidentes ocorreu em atividades de furto, cabo partido e pipas. Em 2020, ocorreram 24 fatalidades com a população, principalmente em tentativas de furto de energia, atividades envolvendo pipas e cabos partidos.

A Companhia realiza esforços de mitigação e prevenção de acidentes com a população alinhados ao seu valor número 1, segurança, sendo (i) plano de segurança com o uso de mídias de massa (TV, campanhas em redes sociais) e (ii) programa de segurança para conscientização da população (palestras de segurança nas escolas, ONGs e empresas,, orientações nas lojas de atendimento presencial, entrega de folhetos etc.). Não obstante, verifica-se que a maioria dos acidentes ocorre em tentativa de ligações clandestinas (furto) e pipas, com aumento significativo durante ao ano de 2020, impactado pelos fatores socioeconômicos na pandemia da Covid-19.

O Programa de Segurança da Companhia está focado em ações proativas que promovam o fortalecimento da cultura de segurança e comportamento seguro, realizado com base nos requisitos do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Ocupacional, certificado conforme a norma internacional ISO 45001 e na Política do Sistema de Gestão Integrado.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Prêmio 'Valor Inovação', do jornal Valor Econômico: A Enel Brasil está entre as cinco empresas mais inovadoras do setor elétrico do País. O prêmio busca incentivar e reconhecer os esforços bem-sucedidos em inovações e em práticas de gestão da inovação, em âmbito nacional. Essa conquista reforça que os projetos e ações inovadores da Enel contribuem significativamente com avanços para o setor elétrico.

Empresa Amiga da Criança: A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética: A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2020

2018/2019 quando o processo passou a ser bienal. A próxima premiação 2020/2021 será divulgada no final de 2021.

Galeria de Notáveis 2020 da Money Report – Sustentabilidade: Nicola Cotugno - country manager da Enel Brasil – foi selecionado para a Galeria de Notáveis na categoria de Sustentabilidade na 5ª edição do prêmio promovido pela revista Money Report, organização que anualmente seleciona as empresas, organizações e personalidades que fizeram a diferença para o país.

Certificação Top Employer: Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360: Em 2020, fomos destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15ª posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Prêmio Abrafac 2020: A Associação Brasileira de Facilities (Abrafac) reconheceu a Enel Brasil em três diferentes categorias do 15º Prêmio Abrafac de Melhores do Ano. Conquistamos o 1º lugar na categoria de Serviços com o aplicativo Mobicity, e o 2º lugar nas categorias de Responsabilidade Social e Sustentabilidade com o projeto “Construções Sustentáveis – Certificação AQUA-HQE no Centro de Excelência Operacional da Enel RJ” e na categoria de Tecnologias com o projeto “Gestão de serviços através de novas tecnologias – Software de limpeza e manutenção predial”.

Prêmio Nacional de Gestão de Ativos: A Enel Brasil se destacou mais uma vez no único Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (Egaese), no país. O Grupo foi premiado nas categorias de Atividades do Ciclo de Vida, Gestão Estratégica e Impactos Regulatórios, com os três projetos enviados para a premiação. O encontro reuniu cerca de 300 especialistas e executivos de empresas de geração, transmissão e distribuição do Brasil e do mundo, além da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Inova 2030 - Jovens Inovadores em ODS: A Enel foi selecionada para participar desse programa de aceleração do Pacto Global voltado a jovens profissionais que querem solucionar um desafio do negócio e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto selecionado, apresentado por três jovens da empresa e que se desenvolverá em 2021, será utilizar um sistema inteligente de monitoramento, com soluções de consumo consciente e economia circular, num contexto onde os clientes têm dificuldade de mensurar os gastos com energia e precisam adequá-los ao seu orçamento familiar.

Prêmio Abradee – Edição Especial 2020: Devido à pandemia de Covid-19 e os desafios impostos ao setor, a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica promoveu uma edição especial do Prêmio Abradee, não realizando uma competição entre as empresas. Foi feita uma homenagem às equipes de campo e colaboradores, com representantes de todas as distribuidoras, que trabalharam na linha de frente para levar até o cliente energia de qualidade e com segurança.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2020, foi aprovada a contratação, pela Ampla Energia e Serviços S.A, da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para auditar as demonstrações financeiras relativas aos próximos 5 anos, em substituição à BDO RCS Auditores Independentes S.S. (“BDO”). A referida contratação foi motivada pelo término do contrato de prestação de serviços e visa a otimização dos recursos da companhia, além de contar com anuência da BDO. A KPMG iniciou suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (ITRs) do primeiro trimestre de 2020.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2020 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A remuneração total da KPMG pelos serviços prestados de auditoria externa em 2020 foi de R\$ 785.889,00.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2020

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

10 **INFORMAÇÕES CORPORATIVAS**

Diretoria Executiva

Cargo	Diretores
Diretor Presidente	Artur Manuel Tavares Resende
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Julia Freitas de Alcantara Nunes
Diretor de Recursos Humanos e Organização	Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Regulação	Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora Jurídica	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora de Compras	Margot Frota Cohn Pires
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle	Julia Freitas de Alcantara Nunes
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes	Artur Manuel Tavares Resende
Diretor de Planejamento e Engenharia	Vago
Diretora de Mercado	Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Conselho de Administração

Cargo	Conselheiros
Presidente	Mario Fernando de Melo Santos
Vice-Presidente	Nicola Cotugno
Conselheiro Efetivo	Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Conselheiro Efetivo	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro Efetivo	Anna Paula Hiotte Pacheco
Conselheiro Efetivo	Gino Celentano
Conselheiro Efetivo	Otacilio de Souza Junior
Conselheiro Suplente	Marcia Massotti Carvalho
Conselheiro Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro Suplente	Michele Rodrigues Nogueira
Conselheiro Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro Suplente	Janaina Savino Vilella Carro
Conselheiro Suplente	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Conselheiro Suplente	Vago

Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara

Contador Responsável

Renato Resende Paes – CRC SP308201

Niterói, 30 de abril de 2021.
A Administração

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO

Em 31 de dezembro 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	566.686	303.062
Títulos e valores mobiliários	6	129.555	106.258
Consumidores e outras contas a receber	7	1.533.485	1.353.795
Ativo financeiro setorial	10	285.595	373.475
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	22.015	295.867
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	38.044	30.925
Outros tributos compensáveis	9	142.473	112.521
Serviço em curso		41.256	32.788
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	330.288	14.953
Outros créditos		152.144	124.466
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.241.541	2.748.110
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	7	44.444	59.960
Ativo financeiro setorial	10	39.950	68.463
Depósitos vinculados a litígios	19	257.473	226.268
Serviço em curso		-	16.600
Outros tributos compensáveis	9	106.522	87.433
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	3.231	128.279
Tributos diferidos	24	867.569	642.247
Imobilizado	11	7.679.936	7.468.989
Intangível	12	377.196	327.079
Investimentos		2.624	2.902
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.378.945	9.028.220
TOTAL DO ATIVO		12.620.486	11.776.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO

Em 31 de dezembro 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	13	1.085.352	900.099
Empréstimos e financiamentos	15	931.255	1.876.718
Salários, provisões e encargos sociais		76.609	38.864
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	-	7.197
Passivo financeiro setorial	10	587.093	235.413
Outras obrigações fiscais		200.161	195.453
Dividendos a pagar		57.987	112.824
Encargos setoriais	17	39.887	353.558
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	103	6.523
Provisão para processos judiciais e outros		179.662	-
Outras obrigações		108.903	112.087
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.267.012	3.838.736
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	2.681.857	1.115.264
Debêntures		998.943	998.618
Passivo financeiro setorial	10	127.936	42.005
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15	-	4.169
Tributos diferidos	24	424.264	376.587
Encargos setoriais	17	50.654	51.058
Benefícios pós-emprego	16	590.246	463.222
Provisão para processos judiciais e outros	19	605.629	626.392
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20	551.374	574.006
Outras obrigações		9.164	4.506
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.040.067	4.255.827
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	21	2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		517.638	588.093
Reservas de reavaliação regulatória		610.845	645.183
Outros resultados abrangentes		1.411	697
Lucros (prejuízo) acumulados		(337.971)	(73.690)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.313.407	3.681.767
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.620.486	11.776.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita / ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		7.616.982	7.854.622
Suprimento de energia elétrica		-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		803.436	787.317
Venda de Energia Excedente - MVE		-	18.443
Outras receitas		402.441	403.870
Ativos e passivos financeiros setoriais		266.500	(86.777)
	22	<u>9.089.359</u>	<u>8.977.475</u>
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
ICMS		(2.136.922)	(2.176.670)
PIS-PASEP		(150.447)	(149.433)
Cofins		(720.108)	(688.296)
ISS		(4.194)	(4.189)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(26.638)	(25.654)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(581.219)	(628.684)
Programa de eficiência energética - PEE		(26.639)	(25.655)
Taxa de fiscalização		(8.473)	(8.088)
Outros encargos		(9.701)	(38.098)
		<u>(3.664.341)</u>	<u>(3.744.767)</u>
		<u>5.425.018</u>	<u>5.232.708</u>
Receita líquida / ingresso líquido			
Custos não gerenciáveis - parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.884.139)	(2.781.364)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(706.675)	(525.037)
		<u>(3.590.814)</u>	<u>(3.306.401)</u>
		<u>1.834.204</u>	<u>1.926.307</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis			
Custos gerenciáveis - parcela "B"			
Pessoal e administradores	23	(141.281)	(139.746)
Serviços de terceiros	25	(511.756)	(445.896)
Material	25	(18.738)	(15.959)
Arrendamentos e aluguéis	25	(11.248)	(10.580)
Seguros	25	(5.317)	(4.959)
Doações, contribuições e subvenções	25	(3.060)	(1.781)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	25	(503.625)	(242.573)
Provisão para processos judiciais e outros	25	(23.262)	(103.546)
Tributos	25	(3.389)	(2.667)
Depreciação e amortização	25	(428.384)	(394.205)
Outros despesas operacionais	25	(192.613)	(118.111)
		<u>(1.842.673)</u>	<u>(1.480.023)</u>
		<u>(363.644)</u>	<u>(199.156)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		453.094	734.918
Despesas financeiras		(816.738)	(934.074)
		<u>(372.113)</u>	<u>247.128</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro			
Imposto de renda	24	90.045	(59.476)
Contribuição social	24	32.372	(21.950)
		<u>(249.696)</u>	<u>165.702</u>
Lucro/(prejuízo) do exercício			
Atribuível a:			
Acionistas controladores		(249.032)	165.262
Acionistas não controladores		(664)	440
		<u>(249.696)</u>	<u>165.702</u>
Lucro por ação originado das operações (em reais por milhares de ações)			
Básico - lucro de operações		(1,49847)	0,99440
Atribuíveis a acionistas controladores		(1,49448)	0,99176
Detentores de ações ordinárias		(0,00398)	0,00264
Diluído - lucro de operações		(1,49448)	0,99176
Atribuíveis a acionistas controladores		(1,49448)	0,99176
Detentores de ações ordinárias		(0,00398)	0,00264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(249.696)	165.702
Outros resultados abrangentes			
Realização da reserva de reavaliação	11	(52.028)	(60.404)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	24	17.690	20.537
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	11	-	378.205
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	24	-	(128.589)
Realização e constituição da reserva de reavaliação líquidos dos tributos		<u>(34.338)</u>	<u>209.749</u>
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	16	(163.517)	(77.356)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	24	55.596	26.301
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos		<u>(107.921)</u>	<u>(51.055)</u>
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	27	1.082	5.309
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	24	(368)	(1.805)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos		<u>714</u>	<u>3.504</u>
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS		<u>(391.241)</u>	<u>327.900</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(390.201)	327.028
Acionistas não controladores		(1.040)	872
		99,73%	
		0,27%	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.498.230	2.308	20.946	121.941	304.231	-	435.434	(2.807)	-	3.380.283
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(77.356)	-	(77.356)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	26.301	-	26.301
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	-	51.055	(51.055)	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	5.309	-	5.309
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	(1.805)	-	(1.805)
Realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	(60.404)	-	60.404	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	20.537	-	(20.537)	-
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-	-	-	-	-	378.205	-	-	378.205
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-	-	-	-	-	(128.589)	-	-	(128.589)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	165.702	165.702
Reserva Legal	-	-	-	13.963	-	-	-	-	(13.963)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	56	56
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.338)	(66.338)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	147.958	-	-	-	(147.958)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	452.189	-	645.183	697	(73.690)	3.681.767
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(163.517)	-	(163.517)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	55.596	-	55.596
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	-	107.921	(107.921)	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	1.082	-	1.082
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	(368)	-	(368)
Realização da reserva de reavaliação 2020	-	-	-	-	-	-	(52.028)	-	52.028	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2020	-	-	-	-	-	-	17.690	-	(17.690)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(249.696)	(249.696)
Reserva Legal	-	-	-	2.446	-	-	-	-	(2.446)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	216	216
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.673)	(11.673)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	(72.901)	-	-	-	72.901	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	379.288	-	610.845	1.411	(337.971)	3.313.407

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Atividades operacionais:		
Lucro/(prejuízo) do exercício	(249.696)	165.702
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	517.507	242.573
Depreciação e amortização	464.107	431.212
Juros e variações monetárias	718.650	316.946
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(301.040)	(17.370)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(7.416)	(33.923)
Marcação a mercado de ativo indenizável	-	-
Valor residual de intangível e imobilizado	80.684	31.644
Tributos e contribuições social diferidos	(122.429)	8.112
Provisão para processos judiciais e outros	49.260	168.796
Obrigações com benefício pós-emprego	32.852	29.817
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores e outras contas a receber	(691.476)	(669.534)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(25.718)	30.630
Ativos financeiros setoriais	171.936	116.621
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(26.914)	10.273
Outros tributos compensáveis	(77.372)	9.139
Depósitos vinculados a litígios	(31.205)	(11.697)
Serviço em curso	8.132	41.478
Outros créditos	(23.688)	(47.757)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	204.050	140.777
Salários, provisões e encargos sociais	43.049	(9.279)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(7.197)	(21.405)
Outras obrigações fiscais	12.814	170.944
Passivos financeiros setoriais	437.611	(19.630)
Encargos setoriais	(15.179)	(40.944)
Outras obrigações	1.474	37.219
	1.162.796	1.080.344
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(69.345)	(73.926)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.106)	(66.651)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(153.947)	(208.255)
Pagamentos de juros de instrumento financeiro derivativo	(7.991)	(19.518)
Pagamentos de processos judiciais e outros	(135.730)	(144.608)
Pagamentos de juros de arrendamento	(3.755)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	783.922	567.386
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(846.639)	(729.248)
Títulos e valores mobiliários	(23.297)	(24.481)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(869.936)	(753.729)
Atividades de financiamentos:		
Captação de Debêntures	-	998.374
Captação de empréstimos e financiamentos	2.000.951	689.823
Pagamentos de debêntures (principal)	(600.000)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.089.113)	(1.420.866)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(5.142)	(12.370)
Pagamento de dividendos	(66.295)	(40.642)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	109.237	8.010
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	349.638	222.329
Variação no caixa líquido da Companhia	263.624	35.986
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	303.062	267.076
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	566.686	303.062



Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”)

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 14 de março de 2017 foi celebrado o 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 30 de abril de 2021.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável,

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego.

A partir de outubro de 2020 é possível observar uma retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação gradativa do comércio. O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020, contudo a Lei estadual nº 8769/20 impôs restrições à atuação da Companhia sobre consumidores inadimplentes enquanto perdurar o Plano de Contingência de Saúde no estado do Rio de Janeiro, em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis, têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos foram repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu de abril a outubro de 2020, o montante de R\$52.938. Tal montante foi contabilizado como passivo financeiro setorial e serão considerados no reajuste tarifário de 2021.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 26.861 referentes às competências de abril a junho de 2020. Tais montantes foram devidamente recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo registrados na receita operacional (subvenção de recursos da CDE).

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à "Parcela B", conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, foram originados, por meio de "empréstimo setorial", contraído de um conjunto

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso foi a CCEE, que foi responsável pelo repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologou mensalmente de julho a dezembro de 2020 o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 799.490, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tais montantes foram registrados como passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 10).

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 1 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da CONTA-COVID.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Perspectiva econômico-financeira

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 32 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

3.1. Base de preparação e apresentação

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis regulatórias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações contábeis regulatórias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

4. Políticas contábeis e estimativas

4.1 Receita

(a) Receita de fornecimento de energia elétrica

As receitas com fornecimento de energia são medidas por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base o histórico de consumo dos clientes.

(b) Receita de juros

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida econômica do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Receita não faturada

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia efetua o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente, a Companhia realiza uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada. Essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada (uso de estimativa).

(d) Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Subvenção CDE – desconto tarifário”.

4.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimos em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A nota 28 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

(d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de *hedging* é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.3 Consumidores

A Companhia classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica clientes. Os recebíveis reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, estão apresentados pelo valor presente, deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por consumidores livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante, de acordo com a classificação do título que as originou. O critério utilizado pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa está baseado em normas da ANEEL e é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia.

Os critérios utilizados atualmente pela Companhia para constituição das perdas estimadas são aqueles estabelecidos pela ANEEL sendo: (i) consumidores da classe residencial com faturas vencidas há mais de 90 dias; (ii) consumidores da classe comercial com faturas vencidas há mais de 180 dias; (iii) consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros com faturas vencidas há mais de 360 dias. Contudo, existem casos de consumidores com débitos relevantes para os quais a Companhia efetua análise individual. A análise individual, desde que devidamente embasada, deverá sobrepor a regra geral detalhada anteriormente, para fins de eventuais registros de perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa. Créditos de consumidores registrados nas contas a receber (revisão de fatura) não são sujeitos à estimativa de perda.

4.4 Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. Os ativos e passivos regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os registros dos valores a receber e a pagar são efetuados em contas de ativo e passivo, respectivamente, em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional líquida - ativo e passivo financeiro setorial.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.5 Imobilizado

a) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.6 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (Obrigações especiais)

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.8 Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na quarta revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº 223 de 10 de outubro de 2018, a Companhia registrou em 2018 a reavaliação regulatória.

4.9 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

(a) Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

(b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente,

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

atender a todas as características descritas a seguir:

- A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) não foram refletidas para fins regulatórios.

4.10 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidencição e instrumentos financeiros	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1º de janeiro de 2021
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

4.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais estimativas presentes nas demonstrações são: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD); atualização do ativo financeiro da concessão; ativos fiscais diferidos; Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios; benefícios pós-emprego e receita não faturada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e contas correntes bancárias	58.991	38.136
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	305.345	86.134
Operações compromissadas	196.421	129.854
	501.766	215.988
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos *	5.925	25.668
Operações compromissadas	4	23.270
Total de fundos de investimento não exclusivos	5.929	48.938
Total	566.686	303.062

* Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos não exclusivos	92.646	73.186
Fundos de investimentos exclusivos	36.909	33.072
Títulos públicos	31.397	19.584
LF - Letra Financeira	5.512	13.488
Total	129.555	106.258

Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, na qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 7,11% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2020 (11,64% em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020..

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	Total	PECLD	31/12/2020	A vencer	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	Total	PECLD	31/12/2019
<u>Circulante</u>												
Classe de consumidores:												
Residencial	267.446	290.859	914.509	1.472.814	(925.636)	547.178	224.749	236.209	632.268	1.093.226	(621.934)	471.292
Industrial	76.409	10.611	67.947	154.967	(63.506)	91.461	61.879	8.150	65.498	135.527	(59.896)	75.631
Comercial	134.993	56.403	185.502	376.898	(170.581)	206.317	97.798	44.258	137.969	280.025	(122.708)	157.317
Rural	6.913	7.014	57.782	71.709	(54.896)	16.813	22.327	8.023	53.607	83.957	(51.120)	32.837
Poder público	44.227	24.629	106.909	175.765	(79.069)	96.696	64.876	24.578	64.645	154.099	(54.024)	100.075
Iluminação pública	35.623	28.631	97.681	161.935	(68.742)	93.193	31.788	22.713	60.968	115.469	(38.035)	77.434
Serviço público	27.762	1.030	3.596	32.388	(2.908)	29.480	22.646	334	2.088	25.068	(1.758)	23.310
Fornecimento faturado	593.373	419.177	1.433.926	2.446.476	(1.365.338)	1.081.138	526.063	344.265	1.017.043	1.887.371	(949.475)	937.896
Receita não faturada	304.475	-	-	304.475	-	304.475	274.315	-	-	274.315	-	274.315
Consumidores baixa renda	-	-	-	-	-	-	1.782	-	-	1.782	-	1.782
Encargo de uso de rede	-	-	-	-	-	-	3.277	2.694	-	5.971	-	5.971
Parcelamento de débitos	112.582	-	-	112.582	-	112.582	-	-	109.005	109.005	-	109.005
Agente de Cobrança da Iluminação Pública	-	806	4.280	5.086	1.280	3.806	138	126	3.245	3.509	(3.150)	359
Compartilhamento de uso mútuo	4.511	9.436	36.147	50.094	18.610	31.484	-	6.554	39.158	45.712	(21.245)	24.467
Contas a receber	421.568	10.242	40.427	472.237	(19.890)	452.347	279.512	9.374	151.408	440.294	(24.395)	415.899
Total do circulante	1.014.941	429.419	1.474.353	2.918.713	(1.385.228)	1.533.485	805.575	353.639	1.168.451	2.327.665	(973.870)	1.353.795
<u>Não circulante</u>												
Encargo de uso de rede	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Parcelamento de débitos	45.673	-	-	45.673	(1.229)	44.444	-	-	63.668	63.668	(3.708)	59.960
Total não circulante	45.673	-	4.136	49.809	(5.365)	44.444	-	-	67.804	67.804	(7.844)	59.960

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
PECLD sobre contas a receber	(981.714)	(505.576)	96.697	(1.390.593)
PECLD sobre outros créditos	(8.538)	(11.931)	-	(20.469)
	(990.252)	(517.507)	96.697	(1.411.062)
	31.12.2018	Adições	Baixas	31/12/2019
PECLD sobre contas a receber	(764.195)	(255.920)	38.404	(981.711)
PECLD sobre outros créditos	(13.072)	4.534	-	(8.538)
	(777.267)	(251.386)	38.404	(990.249)

O aumento da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa decorre, substancialmente, da Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes e impede que qualquer débito contraído durante o período de vigência seja objeto de corte futuro.

Vale destacar que a Lei Estadual nº 8769/2020 impôs restrições à atuação da companhia, inclusive em relação a interrupção dos serviços de energia elétrica por inadimplência enquanto perdurar o Plano de Contingência de Saúde no estado do Rio de Janeiro.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	31.12.2020	31.12.2019
CDE compensação - liminar (a)	-	295.284
Baixa renda - subsidio CDE	2.547	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	18.835	(2.398)
CDE a receber - diferença ciclo anterior	633	2.981
	22.015	295.867

- a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 295.284, referente a valores em aberto do período de outubro de 2014 a abril de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes (vide nota 20) no montante total de R\$ **295.284**.

9. Tributos a compensar

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	1.560	1.110
Contribuição social	1.648	181
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	34.836	29.634
Total	38.044	30.925

- a) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações dos instrumentos financeiros derivativos.

	31.12.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (b)	92.524	106.522	82.175	87.433
PIS e COFINS (c)	20.983	-	708	-
Outros tributos (d)	28.966	-	29.638	-
Total	142.473	106.522	112.521	87.433

- b) Em 31 de dezembro, o total de crédito de ICMS, está composto por R\$ 120.116 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 10.181 de Incentivo cultural, R\$ 23.789 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 4.857 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.918 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES, R\$ 24.730 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio e outros no valor de R\$ 455 .
- c) A variação entre os exercícios apresentados decorre principalmente dos valores de PIS/COFINS a recuperar que são recebidos de órgãos públicos (órgãos da administração direta, autarquias e fundações da administração pública do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios) pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 2020, em conformidade com o artigo 64 da Lei 9.430/1996. Esses valores serão compensados durante o exercício de 2021.

Outros tributos é composto principalmente pelo FinSocial de 1991/1992 (no montante de R\$ 27.074 em 31 de dezembro de 2020), para o qual o ganho já foi transitado em julgado e aguarda-se a finalização dos procedimentos legais junto à Receita Federal para posterior



Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma: A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Emprestimo COVID	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	428.222	647.291	(442.553)	19.991	(91.837)	14.004	(362.733)	212.385	86.347	126.039	186.832	25.553
Aquisição de Energia - (CVA energia)	390.141	524.152	(409.658)	-	(91.837)	13.273	(276.534)	149.537	79.281	70.256	135.293	14.244
Proinfa	-	-	-	2.956	-	-	24	2.980	-	2.980	2.376	604
Transporte Rede Básica	29.316	110.686	(25.534)	(105.325)	-	570	-	9.713	5.492	4.222	8.857	856
Transporte de Energia - Itaipu	8.765	12.453	(7.361)	-	-	161	(12.444)	1.574	1.574	-	1.574	-
ESS	-	-	-	73.369	-	-	(50.289)	23.080	-	23.080	18.401	4.679
CDE	-	-	-	48.991	-	-	(23.490)	25.501	-	25.501	20.331	5.170
Demais ativos regulatórios	13.716	133.457	(135.910)	(135.419)	-	7.485	229.831	113.160	42.192	70.855	98.763	14.397
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	-	-	-	-	-	(9.266)	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	7.600	93.819	-	(49.589)	-	509	11.850	64.189	-	64.188	51.175	13.014
Sobrecontratação de Energia	1.748	-	-	(85.830)	-	-	84.774	692	-	692	552	140
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(4.898)	39.638	(135.910)	-	-	6.976	142.473	48.279	42.192	5.975	47.036	1.243
Total ativos regulatórios	441.938	780.748	(578.463)	(115.428)	(91.837)	21.489	(132.902)	325.545	128.539	196.894	285.595	39.950



Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Empréstimo COVID	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	428.222	647.291	(442.553)	19.991	(91.837)	14.004	(362.733)	212.385	86.347	126.038	186.832	25.553
Aquisição de Energia - (CVA energia)	390.141	524.152	(409.658)	-	(91.837)	13.273	(276.534)	149.537	79.281	70.256	135.293	14.244
Proinfa	-	-	-	2.956	-	-	24	2.980	-	2.980	2.376	604
Transporte Rede Básica	29.316	110.686	(25.534)	(105.325)	-	570	-	9.713	5.492	4.221	8.857	856
Transporte de Energia - Itaipu	8.765	12.453	(7.361)	-	-	161	(12.444)	1.574	1.574	-	1.574	-
ESS	-	-	-	73.369	-	-	(50.289)	23.080	-	23.080	18.401	4.679
CDE	-	-	-	48.991	-	-	(23.490)	25.501	-	25.501	20.331	5.170
Demais ativos regulatórios	13.716	133.457	(135.910)	(135.419)	-	7.485	229.831	113.160	42.192	70.968	98.763	14.397
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	-	-	-	-	-	(9.266)	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	7.600	93.819	-	(49.589)	-	509	11.850	64.189	-	64.189	51.175	13.014
Sobrecontratação de Energia	1.748	-	-	(85.830)	-	-	84.774	692	-	692	552	140
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(4.898)	39.638	(135.910)	-	-	6.976	142.473	48.279	42.192	6.087	47.036	1.243
Total ativos regulatórios	441.938	780.748	(578.463)	(115.428)	(91.837)	21.489	(132.902)	325.545	128.539	197.006	285.595	39.950

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	462.166	830.631	(667.341)	(145.562)	45.377	(97.049)	428.222	114.473	313.749	362.978	65.244
Aquisição de Energia - (CVA energia)	431.206	701.607	(626.448)	(145.562)	36.770	(7.432)	390.141	107.201	282.940	332.161	57.980
Proinfa	1.157	1.658	(2.509)	-	110	(416)	-	416	(416)	-	-
Transporte Rede Básica	3.485	46.540	(6.713)	-	1.561	(15.557)	29.316	1.183	28.133	23.551	5.765
Transporte de Energia - Itaipu	7.436	176	(6.926)	-	7.826	253	8.765	1.451	7.314	7.266	1.499
ESS	-	78.517	-	-	(2.912)	(75.605)	-	-	-	-	-
CDE	18.882	2.133	(24.745)	-	2.022	1.708	-	4.222	(4.222)	-	-
Demais ativos regulatórios	58.071	51.541	1.876	-	5.587	-	13.716	8.698	5.018	10.497	3.219
PIS/COFINS alíquota efetiva	32.740	(23.474)	-	-	-	-	9.266	-	9.266	9.266	-
Neutralidade da Parcela A	25.331	26.814	(34.267)	-	5.246	(15.524)	7.600	4.892	2.709	7.046	555
Sobrecontratação de Energia	-	(27.527)	-	-	(5.831)	35.106	1.748	-	1.748	-	1.748
Diferimento de Reposição na RTP	-	87.187	-	-	6.172	(93.359)	-	3.806	(3.806)	-	-
Outros	-	(11.459)	36.143	-	-	(29.582)	(4.898)	-	(4.899)	(5.815)	916
Total ativos regulatórios	520.237	882.172	(665.465)	(145.562)	50.964	-	441.938	123.171	318.767	373.475	68.463

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:



Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Emprestimo COVID	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	190.236	68.124	(156.537)	556.382	8.637	(362.739)	304.103	36.702	267.401	249.890	54.213
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	542.595	-	(276.536)	266.059	-	266.059	212.118	53.941
Proinfa	1.109	2.214	(2.602)	-	52	25	798	798	-	798	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	13.787	-	(12.445)	1.342	-	1.342	1.070	272
ESS	116.031	60.151	(107.965)	-	3.761	(50.289)	21.689	21.689	-	21.689	-
CDE	73.096	5.759	(45.970)	-	4.824	(23.494)	14.215	14.215	-	14.215	-
Demais passivos regulatórios	87.182	246.143	(289.020)	127.680	5.439	233.502	410.926	47.332	363.594	337.203	73.723
Neutralidade da Parcela A	-	-	(9.058)	-	-	11.848	2.790	2.790	-	2.790	-
Sobrecontratação de Energia	31.481	1.378	(101.469)	-	1.607	99.688	32.685	12.641	20.044	28.621	4.064
Devoluções Tarifárias	41.530	29.537	(27.234)	-	514	(14.989)	29.358	4.771	24.587	24.373	4.985
Outros	14.171	-	-	-	-	(14.171)	-	-	-	-	-
Parcela B	-	-	-	127.680	114	-	127.794	-	127.794	101.885	25.909
Risco hidrológico	-	215.228	(151.259)	-	3.204	151.126	218.299	27.130	191.169	179.534	38.765
Total passivos regulatórios	277.418	314.267	(445.557)	684.062	14.076	(129.237)	715.029	84.034	630.995	587.093	127.936
Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante	
CVA Passiva	96.364	380.545	(196.985)	7.361	(97.049)	190.236	28.217	162.019	156.084	34.152	
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	7.430	-	2	(7.432)	-	-	-	-	-	
Proinfa	-	867	-	658	(416)	1.109	-	1.109	796	313	
Transporte Rede Básica	-	15.876	(1.334)	1.015	(15.557)	-	-	-	-	-	
Transporte de Energia - Itaipu	-	(45)	(130)	(78)	253	-	-	-	-	-	
ESS	96.364	279.444	(189.043)	4.871	(75.605)	116.031	28.217	87.814	98.036	17.995	
CDE	-	76.973	(6.478)	893	1.708	73.096	-	73.096	57.252	15.844	
Demais passivos regulatórios	200.684	221.962	(241.784)	9.680	(103.360)	87.182	48.308	38.874	79.329	7.853	
Neutralidade da Parcela A	47.230	(31.937)	-	231	(15.524)	-	-	-	-	-	
Sobrecontratação de Energia	75.592	120.138	(206.381)	7.026	35.106	31.481	38.264	(6.783)	31.481	-	
Devoluções Tarifárias	37.747	152.819	(55.927)	250	(93.359)	41.530	-	41.530	33.677	7.853	
Outros	40.115	(19.058)	20.524	2.173	(29.583)	14.171	10.044	4.127	14.171	-	
Total passivos regulatórios	297.048	602.507	(438.769)	17.041	(200.409)	277.418	76.525	200.893	235.413	42.005	

Conforme nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante total de conta – COVID de R\$



Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

799.490, sendo R\$ 671.810 correspondentes a ativos e passivos financeiros setoriais (sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais) e R\$ 127.680 correspondentes à antecipação da parcela B, sendo ambos contabilizados nos respectivos componentes tarifários, conforme demonstrado na movimentação dessa nota .

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.930, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator. Eventual decisão pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderia implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 10.690 (atualizado até 31 de dezembro de 2020), tendo como contrapartida o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas				
Distribuição	12.502.214	-	-	152.230	638.894	-	36.260	13.025.138	486.664	-	6.226.274	6.798.864	6.651.325	-	766.572	317.194	-	449.378
Terrenos	48.719	-	-	-	-	-	48.719	-	-	48.719	48.719	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	195.831	-	-	12.267	-	-	208.098	12.267	133.841	74.257	65.422	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	12.238.529	-	-	152.230	624.281	-	36.260	12.746.840	472.051	6.082.606	6.664.234	6.526.976	-	766.572	317.194	-	449.378	
Veículos	2.915	-	-	-	-	-	2.915	-	2.902	13	13	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	16.220	-	-	2.346	-	-	18.566	2.346	6.925	11.641	10.195	-	-	-	-	-	-	-
Administração	207.188	-	-	1.073	14.777	-	1.625	219.267	13.704	-	173.297	45.970	37.565	-	-	-	-	-
Terrenos	1.631	-	-	-	-	-	1.631	-	-	1.631	1.631	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	15.056	-	-	3.833	-	-	18.889	3.833	9.819	9.070	5.549	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	125.214	-	-	1.073	7.442	-	1.625	129.958	6.369	105.149	24.809	21.533	-	-	-	-	-	-
Veículos	3.402	-	-	-	-	-	3.402	-	3.264	138	193	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	61.885	-	-	3.502	-	-	65.387	3.502	55.065	10.322	8.659	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	12.709.402	-	-	153.303	653.671	-	34.635	13.244.405	500.368	-	6.399.571	6.844.834	6.688.890	-	766.572	317.194	-	449.378

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas				
Distribuição	762.075	691.945	-	638.894	-	-	815.126	53.051	-	815.126	762.075	-	-	101.992	-	-	-	101.992
Máquinas e Equipamentos	535.680	611.499	-	624.281	-	-	522.898	12.782	-	522.898	535.680	-	-	101.992	-	-	-	101.992
Outros	226.395	80.446	-	14.613	-	-	292.228	65.833	-	292.228	226.395	-	-	-	-	-	-	-
Administração	18.024	16.729	-	14.777	-	-	19.976	1.952	-	19.976	18.024	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	6.914	8.052	-	7.442	-	-	7.524	610	-	7.524	6.914	-	-	-	-	-	-	-
Outros	11.110	8.677	-	7.335	-	-	12.452	1.342	-	12.452	11.110	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	780.099	708.674	-	653.671	-	-	835.102	55.003	-	835.102	780.099	-	-	101.992	-	-	-	101.992
Total do Ativo Imobilizado	13.489.501	708.674	-	153.303	-	-	14.079.507	555.371	-	6.399.571	7.679.936	7.468.989	-	868.564	317.194	-	-	551.370



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	10.552.459	-	(13.887)	549.860	-	1.413.782	12.502.214	535.973	(5.850.889)	6.651.325	6.103.059	(766.572)	293.410	(473.162)
Terrenos	36.895	-	-	3.644	-	8.180	48.719	3.644	-	48.719	36.895	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	169.814	-	-	976	-	25.041	195.831	976	(130.409)	65.422	74.781	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10.330.684	-	(13.887)	543.980	-	1.377.752	12.238.529	530.093	(5.711.553)	6.526.976	5.982.474	(766.572)	293.410	(473.162)
Veículos	2.005	-	-	-	-	910	2.915	-	(2.902)	13	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	13.061	-	-	1.260	-	1.899	16.220	1.260	(6.025)	10.195	8.909	-	-	-
Administração	168.431	-	(7.176)	4.119	-	41.814	207.188	(3.057)	(169.623)	37.565	38.762	-	-	-
Terrenos	1.702	-	(71)	-	-	-	1.631	(71)	-	1.631	1.702	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.905	-	-	-	-	3.151	15.056	-	(9.507)	5.549	5.715	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	106.315	-	(7.105)	598	-	25.406	125.214	(6.507)	(103.681)	21.533	25.104	-	-	-
Veículos	2.016	-	-	135	-	1.251	3.402	135	(3.209)	193	91	-	-	-
Móveis e Utensílios	46.493	-	-	3.386	-	12.006	61.885	3.386	(53.226)	8.659	6.150	-	-	-
Subtotal	10.720.890	-	(21.063)	553.979	-	1.455.596	12.709.402	532.916	(6.020.512)	6.688.890	6.141.821	(766.572)	293.410	(473.162)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	667.361	645.213	-	(549.860)	(639)	-	762.075	95.353	-	762.075	667.361	(100.840)	-	(100.840)
Máquinas e Equipamentos	444.348	633.000	-	(541.668)	-	-	535.680	91.332	-	535.680	444.348	(100.840)	-	(100.840)
Outros	223.013	12.213	-	(8.192)	(639)	-	226.395	4.021	-	226.395	223.013	-	-	-
Administração	16.366	5.138	-	(4.119)	639	-	18.024	1.019	-	18.024	16.366	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.985	2.527	-	(598)	-	-	6.914	1.929	-	6.914	4.985	-	-	-
Outros	11.381	2.611	-	(3.521)	639	-	11.110	(910)	-	11.110	11.381	-	-	-
Subtotal	683.727	650.351	-	(553.979)	-	-	780.099	96.372	-	780.099	683.727	(100.840)	-	(100.840)
Total do Ativo Imobilizado	11.404.617	650.351	(21.063)	-	-	1.455.596	13.489.501	629.288	(6.020.512)	7.468.989	6.825.548	(867.412)	293.410	(574.002)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2019	Baixas (A)	Transferências (B)	Reavaliação (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)
AIS Bruto	12.238.529	(152.230)	624.281	36.260	12.746.840	472.051
Transformador de Distribuição	1.587.060	(12.164)	72.266	(18.366)	1.628.796	60.102
Medidor	1.985.774	(5.459)	92.401	(497)	2.072.219	86.942
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	261.748	(102.264)	-	81.109	240.593	(102.264)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.869.205	(28.841)	287.831	(25.829)	5.102.366	258.990
Redes Alta Tensão (69 kV)	472.061	-	669	-	472.730	669
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	784.556	-	38.653	-	823.209	38.653
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	769	-	-	-	769	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	153.294	-	2.355	-	155.649	2.355
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	1.027.672	-	5.918	-	1.033.590	5.918
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	1.788.655	-	15.037	-	1.803.692	15.037
Demais máquinas e equipamentos	(692.265)	(3.502)	109.151	(157)	(586.773)	105.649
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(766.572)	-	-	-	(766.572)	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(58.687)	-	-	-	(58.687)	-
Outros	(707.885)	-	-	-	(707.885)	-
Originadas da Receita	(272.501)	-	-	-	(272.501)	-
Outros	(272.501)	-	-	-	(272.501)	-
Outros	(435.384)	-	-	-	(435.384)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2018	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Reavaliação (E)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)
AIS Bruto	10.330.684	(13.887)	543.980	-	1.377.752	12.238.529	530.093
Transformador de Distribuição	1.383.923	(830)	70.536	(35.843)	169.274	1.587.060	69.706
Medidor	1.680.673	(3.368)	59.130	34.587	214.752	1.985.774	55.762
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	252.237	(61)	-	(19.220)	28.792	261.748	(61)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.067.891	(3.103)	263.814	19.190	521.413	4.869.205	260.711
Redes Alta Tensão (69 kV)	215.326	-	5.097	215.289	36.349	472.061	5.097
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	369.289	-	1.582	353.738	59.947	784.556	1.582
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	467	-	-	259	43	769	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	135.620	(601)	1.331	(2.965)	19.909	153.294	730
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	493.177	(2.247)	10.926	446.938	78.878	1.027.672	8.679
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	810.519	(3.676)	37.439	810.546	133.827	1.788.655	33.763
Demais máquinas e equipamentos	921.562	(1)	94.125	(1.822.519)	114.568	(692.265)	94.124
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(622.314)	-	-	-	(144.258)	(766.572)	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(58.687)	-	-	-	-	(58.687)	-
Outros	(563.627)	-	-	-	(144.258)	(707.885)	-
Originadas da Receita	(64.926)	-	-	(63.317)	(144.258)	(272.501)	-
Outros	(64.926)	-	-	(63.317)	(144.258)	(272.501)	-
Outros	(498.701)	-	-	63.317	-	(435.384)	-



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020			31/12/2019		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Distribuição		13.025.138	(6.226.274)	6.798.864	12.502.214	(5.850.889)	6.651.325
Custo Histórico	5,78%	9.104.797	(3.313.294)	5.791.503	8.617.467	(3.037.648)	5.579.819
Correção Monetária Especial	4,74%	144.858	(129.582)	15.276	145.524	(129.683)	15.841
Reavaliação	5,78%	3.775.483	(2.783.398)	992.085	3.739.223	(2.683.558)	1.055.665
Administração		219.267	(173.297)	45.970	207.188	(169.623)	37.565
Custo Histórico	7,45%	121.624	(77.887)	43.737	107.920	(72.482)	35.438
Correção Monetária Especial	8,75%	9.707	(9.463)	244	9.707	(9.463)	244
Reavaliação	7,75%	87.936	(85.947)	1.989	89.561	(87.678)	1.883
Total do ativo imobilizado em serviço		13.244.405	(6.399.571)	6.844.834	12.709.402	(6.020.512)	6.688.890
Em curso							
Distribuição		815.126	-	815.126	762.075	-	762.075
Administração		19.976	-	19.976	18.024	-	18.024
Total do ativo imobilizado em curso		835.102	-	835.102	780.099	-	780.099
Total do ativo imobilizado		14.079.507	(6.399.571)	7.679.936	13.489.501	(6.020.512)	7.468.989

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	(2.876)	(4.597)	(527)	-	(8.000)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	279	17.619	1.453	-	19.351
Máquinas e equipamentos	284.328	288.917	46.306	-	619.551
Móveis e utensílios	2.134	1.244	1	-	3.379
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	153	153
Material em depósito	62.989	-	-	-	62.989
Compras em andamento	12.396	-	-	-	12.396
Depósitos judiciais	(1.145)	-	-	-	(1.145)
Total das adições do ativo imobilizado em curso	358.105	303.183	47.233	153	708.674

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$
1.	LICENCIA DE SOFTWARE	59.993
2.	CHAVE SEC. 145KV 1250A TRI MAN SECO	38.217
3.	SOFTWARE	23.383
4.	SOFTWARE	22.967
5.	SOFTWARE	18.457
6.	CUBÍC,17,5KV,3150A,NB195KV,13UNID,ESE008	17.561
7.	SOFTWARE	17.044
8.	SOFTWARE	15.510
9.	TRAFO,69KV, 13,8/11,95KV,40MVA,3F,GST002	15.298
10.	EVOLUÇÃO DE VERSÃO	14.421

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$
1.	AUTO-TRAFO 138KV 69KV 40MVA TRI C/COM	(12.923)
2.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(8.957)
3.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(7.948)
4.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(7.844)
5.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(7.496)
6.	PAINEL SERV AUX	(7.184)
7.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(4.759)
8.	PAINEL SUP E CONTROLE	(3.397)
9.	TRAFO FORÇA 69KV 13,8KV 12,5MVA TRI C/COM	(2.685)
10.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(2.626)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço								
Distribuição	314.509	-	2.251	316.760	2.251	(130.281)	186.479	195.694
Servidões	116.842	-	-	116.842	-	(192)	116.650	116.706
Softwares	155.008	-	2.251	157.259	2.251	(128.066)	29.193	38.352
Outros	42.659	-	-	42.659	-	(2.023)	40.636	40.636
Administração	205.147	-	70.124	275.271	70.124	(166.840)	108.431	58.869
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	203.978	-	70.124	274.102	70.124	(166.834)	107.268	57.706
Outros	1.169	-	-	1.169	-	(6)	1.163	1.163
Subtotal	519.656	-	72.375	592.031	72.375	(297.121)	294.910	254.563
Ativo Intangível em Curso								
Distribuição	4.640	(312)	(2.251)	2.077	(2.563)	-	2.077	4.640
Servidões	1	-	-	1	-	-	1	1
Softwares	4.513	-	-	4.513	-	-	4.513	4.513
Outros	126	(312)	(2.251)	(2.437)	(2.563)	-	(2.437)	126
Administração	67.876	82.457	(70.124)	80.209	12.333	-	80.209	67.876
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	66.425	-	-	66.425	-	-	66.425	66.425
Outros	1.451	82.457	(70.124)	13.784	12.333	-	13.784	1.451
Subtotal	72.516	82.145	(72.375)	82.286	9.770	-	82.286	72.516
Total do Ativo Intangível	592.172	82.145	-	674.317	82.145	(297.121)	377.196	327.079



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificações (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	243.541	-	14.183	-	56.785	314.509	14.183	(118.815)	195.694	157.875
Servidões	94.574	-	-	288	21.980	116.842	288	(136)	116.706	94.496
Softwares	118.594	-	14.183	(288)	22.519	155.008	13.895	(116.656)	38.352	34.094
Outros	30.373	-	-	-	12.286	42.659	-	(2.023)	40.636	29.285
Administração	140.592	-	37.708	-	26.847	205.147	37.708	(146.278)	58.869	37.873
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	139.423	-	37.708	-	26.847	203.978	37.708	(146.272)	57.706	36.710
Outros	1.169	-	-	-	-	1.169	-	(6)	1.163	1.163
Subtotal	384.133	-	51.891	-	83.632	519.656	51.891	(265.093)	254.563	195.748
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	8.628	10.195	(14.183)	-	-	4.640	(3.988)	-	4.640	8.628
Servidões	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Softwares	8.501	10.195	(14.183)	-	-	4.513	(3.988)	-	4.513	8.501
Outros	126	-	-	-	-	126	-	-	126	126
Administração	59.393	46.191	(37.708)	-	-	67.876	8.483	-	67.876	59.393
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	59.384	44.749	(37.708)	-	-	66.425	7.041	-	66.425	59.384
Outros	9	1.442	-	-	-	1.451	1.442	-	1.451	9
Subtotal	68.021	56.386	(51.891)	-	-	72.516	4.495	-	72.516	68.021
Total do Ativo Intangível	452.154	56.386	-	-	83.632	592.172	56.386	(265.093)	327.079	263.769

Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários. Como resultado da utilização desse critério, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020			31/12/2019		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Distribuição		316.760	(130.281)	186.479	314.509	(118.815)	195.694
Custo Histórico	20,00%	173.433	(87.416)	86.017	171.182	(75.951)	95.231
Correção Monetária Especial		955	-	955	955	-	955
Reavaliação	20,00%	142.372	(42.865)	99.507	142.372	(42.864)	99.508
Administração		275.271	(166.840)	108.431	205.147	(146.278)	58.869
Custo Histórico	20,00%	226.072	(117.939)	108.133	155.948	(97.377)	58.571
Correção Monetária Especial	20,00%	1.071	(1.071)	-	1.071	(1.071)	-
Reavaliação	20,00%	48.128	(47.830)	298	48.128	(47.830)	298
Total do ativo intangível em serviço		592.031	(297.121)	294.910	519.656	(265.093)	254.563
Em curso							
Distribuição		2.078	-	2.078	4.640	-	4.640
Administração		80.208	-	80.208	67.876	-	67.876
Total do ativo intangível em curso		82.286	-	82.286	72.516	-	72.516
Total do ativo intangível		674.317	(297.121)	377.196	592.172	(265.093)	327.079

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Compra de Energia (a)	504.735	452.456
Compra de Energia com partes relacionadas	1.292	1.422
Encargo de Uso da Rede (b)	198.086	56.260
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	418	417
Total energia	704.531	510.555
Materiais e serviços	291.569	356.809
Materiais e serviços com partes relacionadas	89.252	32.735
Total fornecedores	1.085.352	900.099

- a) O aumento do saldo a pagar no âmbito da compra de energia está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.
- b) O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior despacho de geração de energia elétrica, fora da ordem de mérito.

14. Obrigações fiscais

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	5.253
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	-	1.944
Total	-	7.197

	31.12.2020	31.12.2019
Obrigações fiscais federais		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	43.824	42.427
Programa de integração social - PIS	9.379	9.083
INSS s/ terceiros	7.253	7.247
Outros tributos e contribuições (c)	7.508	26.491
Subtotal - Federais	67.964	85.248
Obrigações fiscais estaduais		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	128.233	104.807
Subtotal - Estaduais	128.233	104.807
Obrigações fiscais municipais		
Imposto sobre serviços - ISS	1.755	2.871
Outros tributos e contribuições	2.209	2.527
Subtotal - municipais	3.964	5.398
Total circulante - outros tributos a pagar	200.161	195.453

- a) A Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Por esse motivo, não há saldos a pagar em 31 de dezembro de 2020.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A área Tributária recebe as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10 e efetua o pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20 que é pago no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área Tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.
- c) A variação entre os exercícios apresentados decorre principalmente do pagamento do IRRF sobre a novação de contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e a Enel Brasil em dezembro de 2019. O referido imposto teve seu pagamento em janeiro de 2020 no montante de R\$23.828.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação, com exceção do empréstimo com o Citibank que tem seu valor justo por meio do resultado (existe um instrumento de proteção classificado como *fair value hedge*).

	31.12.2020						31.12.2019					
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total		
Moeda estrangeira:												
Citibank N.A (II)	36	501.246	501.282	-	-	-	501.282	31	-	31	390.508	390.539
Itaú BBA International PLC	8.180	392.975	401.155	-	-	-	401.155	6.380	-	6.380	304.802	311.182
Scotiabank	-	-	-	-	-	-	-	2.492	214.954	217.446	-	217.446
BNP PARIBAS 4131 II	74	-	74	-	203.792	203.792	203.866	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	8.290	894.221	902.511	-	203.792	203.792	1.106.303	8.903	214.954	223.857	695.310	919.167
Moeda nacional:												
Financiamentos												
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	26	8.257	8.283	-	11.697	11.697	19.980	35	8.257	8.292	19.954	28.246
BNDES (Capex 2012-2013) A	-	-	-	-	-	-	-	41	12.182	12.223	-	12.223
BNDES (Capex 2012-2013) B	-	-	-	-	-	-	-	46	12.182	12.228	-	12.228
BNDES (Capex 2012-2013) F	-	-	-	-	-	-	-	1	526	527	-	527
BNP PARIBAS 4131	13.720	-	13.720	-	400.000	400.000	413.720	13.720	-	13.720	400.000	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	13.746	8.257	22.003	-	411.697	411.697	433.700	13.843	33.147	46.990	419.954	466.944
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	-	-	-	-	202.598	202.598	202.598	-	196.029	196.029	-	196.029
Enel Brasil Mútuo 53,54 e 55 (vide nota 21)	-	-	-	17.853	1.095.917	1.113.770	1.113.770	2.234	791.693	793.927	-	793.927
Enel Finance International N.V.	754	-	754	-	750.000	750.000	750.754	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	754	-	754	17.853	2.048.515	2.066.368	2.067.122	2.234	987.722	989.956	-	989.956
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	14.500	8.257	22.757	17.853	2.460.212	2.478.065	2.500.822	16.077	1.020.869	1.036.946	419.954	1.456.900
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	22.790	902.478	925.268	17.853	2.664.004	2.681.857	3.607.125	24.980	1.235.823	1.260.803	1.115.264	2.376.067

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.315.944	581.165	445.287	669.816	3.012.212
Captações	89.823	400.000	200.000	-	689.823
Encargos provisionados	153.813	-	33.970	-	187.783
Encargos pagos	(103.550)	-	(35.571)	-	(139.121)
Variação monetária e cambial	-	11.262	9.767	26.709	47.738
Transferências	572.473	(572.473)	(183)	183	-
Amortizações	(991.557)	-	(429.309)	-	(1.420.866)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(104)	(1.398)	(1.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310	2.376.067
Captações	53.890	1.597.061	350.000	-	2.000.951
Encargos provisionados	42.755	44.981	30.094	-	117.830
Encargos pagos	(64.890)	-	(31.445)	-	(96.335)
Variação monetária e cambial	-	-	211.661	88.277	299.938
Transferências	(416.069)	416.069	579.795	(579.795)	-
Amortizações	(629.875)	-	(459.238)	-	(1.089.113)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(2.213)	-	(2.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.12.2020			
2022	2023	2024	Total não Circulante
1.910.564	3.440	750.000	2.664.004



Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank II	150.000	10/03/2020	16/09/2020	1,02%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou crédito disponível de linha de crédito com o Bradesco, no montante de R\$ 50.951 com pagamento dentro do mesmo período.

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 53 (vide nota 21)	788.003	10/12/2019	11/12/2022	CDI + 0,70%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank	200.000	11/07/2019	15/07/2020	2,47%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Citibank N.A (II)	320.000	28/03/2018	29/03/2021	LIBOR + 0,55%	Bullet	Trimestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú BBA International PLC	250.000	05/07/2017	05/07/2021	4,21%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Fiança
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Receíveis



Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Contratos Citibank N.A e Itaú BBA.

- Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), excluindo a dívida subordinada com parte relacionada, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2020				31.12.2019				
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
1ª série - 9ª emissão	-	-	-	-	1.170	600.000	601.170	-	601.170
1ª série - 10ª emissão	5.987	5.987	1.000.000	1.005.987	15.782	-	15.782	1.000.000	1.015.782
(-) Custo de transação	-	-	(1.057)	(1.057)	-	(1.037)	(1.037)	(1.382)	(2.419)
Total de debêntures	5.987	5.987	998.943	1.004.930	16.952	598.963	615.915	998.618	1.614.533

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.511	597.926	599.437
Captações	-	1.000.000	1.000.000
Encargos provisionados	84.575	-	84.575
Encargos pagos	(69.134)	-	(69.134)
Constituição custo de transação	-	(1.626)	(1.626)
Apropriação custo de transação	1.037	244	1.281
Transferência para circulante	597.926	(597.926)	-
Em 31 de dezembro de 2019	615.915	998.618	1.614.533
Amortização	(600.000)	-	(600.000)
Encargos provisionados	48.073	-	48.073
Encargos pagos	(59.038)	-	(59.038)
Apropriação custo de transação	1.037	325	1.362
Em 31 de dezembro de 2020	5.987	998.943	1.004.930

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Total
1ª série - 10ª emissão	-	666.667	333.333	1.000.000
(-) Custo de transação	(650)	(325)	(82)	(1.057)
Total a amortizar	(650)	666.342	333.251	998.943

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão descritas a seguir:



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	Pagamento de juros	Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª série - 10ª emissão	1.000.000	15/04/2019	15/03/2023	15/03/2024	Semestral	108% CDI	Semestral - à partir de 15/03/2023	1.000	Refinanciamento dívida

A Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, os quais foram atingidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

10ª emissão

Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

- Endividamento financeiro líquido: significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

16. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 206 para cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 101.825 (R\$ 79.393 em 31 de dezembro de 2019) de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,55% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,67% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 78.298 (R\$ 64.320 em 31 de dezembro de 2019), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

(a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido (não circulante):

	2020	2019
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	1.642.975	1.566.191
Valor justo dos ativos do plano	(1.052.729)	(1.104.916)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	1.947
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	590.246	463.222

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	2020	2019
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.566.191	1.340.378
Custo dos serviços correntes	2.704	1.830
Custos do serviço passado	-	(3.980)
Contribuição de participantes do plano	154	26
Custos dos juros	108.541	113.757
Benefícios pagos pelo plano	(118.737)	(118.263)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	84.122	232.443
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.642.975	1.566.191

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	2020	2019
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.104.916	933.966
Retorno esperado dos ativos do plano	78.393	81.790
Contribuições recebidas de participantes do plano	154	26
Contribuições recebidas do empregador	69.345	73.926
Benefícios pagos pelo plano	(118.737)	(118.263)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(81.342)	133.471
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.052.729	1.104.916

(d) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	2020	2019
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	1.947	23.563
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(1.947)	(21.616)
	-	1.947

(e) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222
Custo do serviço corrente	(7)	271	1.689	751	2.704
Custo dos juros líquidos	7.756	5.099	16.238	1.055	30.148
Contribuições reais do empregador	(43.305)	(8.937)	(16.782)	(321)	(69.345)
Ganho/Perda atuarial	90.310	32.951	37.355	2.901	163.517
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246

Não Circulante 590.246

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	140.053	75.153	196.022	18.746	429.974
Custo do serviço corrente	-	328	709	793	1.830
Custo do serviço passado	-	-	-	(3.980)	(3.980)
Custo dos juros líquidos	7.965	6.402	16.284	1.316	31.967
Contribuições reais do empregador	(46.603)	(8.453)	(18.394)	(475)	(73.925)
Ganho/Perda Atuarial	28.103	(1.219)	49.533	939	77.356
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222

Não Circulante 463.222

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(f) Despesas reconhecidas nos exercícios:

	2020	2019
Custo do serviço corrente	2.704	1.830
Custos do serviço passado	-	(3.980)
Custo do serviço líquido	2.704	(2.150)
Juros sobre a obrigação atuarial	108.541	113.757
Rendimento esperado dos ativos no ano	(78.393)	(81.790)
Juros líquidos sobre o passivo	30.148	31.967
Total das despesas no exercício	32.852	29.817

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

(g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	2020	2019
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	(16.080)	(182.431)
Perda atuarial gerada pela premissa demográfica	(3.144)	-
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(64.898)	(50.012)
Perda/ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(81.342)	133.470
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	1.947	21.617
Saldo do final do exercício	(163.517)	(77.356)

Em 31 de dezembro de 2020, os valores apurados no laudo atuarial são superiores as dívidas contratadas com o plano. Dessa forma, a Companhia efetuou reversão do montante de R\$ 1.947 registrado em 31 de dezembro de 2019 que representava a diferença entre as dívidas contratadas e o laudo atuarial.

(h) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	2020	%	2019	%
Renda fixa	720.104	68,40%	857.168	77,58%
Renda variável	223.057	21,19%	126.892	11,48%
Investimentos imobiliários	100.158	9,51%	107.250	9,71%
Outros	9.410	0,89%	13.606	1,23%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.052.729	100,00%	1.104.916	100,00%

(i) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,12%	7,28%	7,07%	6,81%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12%	7,28%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	N/A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(j) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,28%	7,33%	6,81%	7,07%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,28%	7,33%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

(k) Estimativa da despesa para o exercício de 2021:

Custo dos serviços correntes	2.685
Custo dos juros, líquido	33.909
Total da despesa projetada para 2021	36.594

(l) Análise de sensibilidade das premissas atuariais:

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2020	PCA		PACV		Plano Médico		Plano FGTS	
	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Taxa de Desconto								
Impacto da obrigação do benefício definido	(44.067)	47.746	(15.286)	16.689	(712)	1.779	(734)	791
Total da obrigação do benefício definido	976.741	1.068.554	302.500	334.475	281.945	284.436	20.990	22.515

17. Encargos setoriais

	31/12/2020	31/12/2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	-	295.284
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	47.574	46.792
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	42.112	38.437
Outros	855	24.103
Total	90.541	404.616
Circulante	39.887	353.558
Não Circulante	50.654	51.058

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

finalização desses projetos.

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia compensou os saldos do ativo e passivo circulantes (vide nota 8) no montante de R\$ 295.284.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2020			31.12.2019			Receita (Despesa)		
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.12.2020	31.12.2019	
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	-	568.521	-	-	463.222	(31.046)	(29.817)	
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL XBrasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	48	-	-	103	-	-	594	1.212	
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL XBrasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	3.614	-	-	3.371	-	(6.296)	(6.437)	
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	24.334	-	-	-	-	-	-	
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	3.851	-	-	1.931	1.230	-	-	-	
	ENEL Green Power Brasil		627	-	-	100	-	-	-	-	
	ENEL Brasil S.A.		-	55.110	-	-	18.959	-	-	-	
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	629	-	-	633	-	(7.512)	(7.379)	
	ENEL Green Power Paranapanema		-	80	-	-	77	-	(910)	(886)	
	ENEL Green Power Mourão		-	23	-	-	22	-	(261)	(249)	
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	102	-	-	94	-	(894)	(855)	
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	79	-	-	75	-	(598)	(572)	
	ENEL Green Power Salto do Apicás S.A.		-	168	-	-	302	-	(1.475)	(1.410)	
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	98	-	-	102	-	(1.159)	(1.119)	
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	113	-	-	117	-	(1.076)	(1.037)	
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(232)	(464)
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	162	-	-		
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	418	-	-	417	-	(4.706)	(4.135)	
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	57.878	-	-	87.917	-	-	-	
	ENEL Américas S.A.	-	-	-	-	-	24.479	-	-	-	
	ENEL Brasil S.A.	-	24.937	-	1.316.368	-	989.956	-	(51.550)	(77.505)	
Mútuo	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Vide nota 17	-	-	-	-	-	-	-	(8.525)	
	Enel Finance International N.V.	-	-	754	750.000	-	-	-	(754)	-	
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	07/02/2022	-	2.193	-	-	1.888	-	(6.757)	(1.937)	
	ENEL Américas S.A.	07/03/2019	-	-	-	-	-	-	-	(503)	
Reembolso expatriados	ENEL SPA	Até o final da concessão	298	390	-	257	-	-	(349)	149	
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		302	-	-	-	-	-	302	-	
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM.	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK	Até o final da concessão	-	129	-	-	403	-	(740)	(392)	
	ENEL Itália		-	-	-	-	4.521	-	-	-	
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	ENEL Ibêra SLR	Fevereiro de 2024	-	-	1.387	-	1.387	-	-	-	
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		2.636	232	-	2.447	31	-	-	-	
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		781	-	-	504	-	-	-	-	
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		28	377	-	28	377	-	-	-	
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		5.304	251	-	1.965	186	-	-	-	
	ENEL Brasil S.A.		540	1.158	-	23.654	-	-	-	-	
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-	
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		-	1.925	-	-	1.925	-	-	-	
ENEL CIEN S.A.	79	-	-	65	-	-	-	-			
			39.444	151.787	2.634.889	31.067	1.138.814	463.222	(115.187)	(142.093)	
		(-) Benefícios pós-emprego	-	-	568.521	-	-	463.222	(31.046)	(29.817)	
		TOTAL DE PARTES RELACIONADAS	39.444	151.787	2.066.368	31.067	1.138.814	-	(84.141)	(112.276)	

A seguir são apresentados detalhes dos mútuos que foram referenciados (*):

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem

Mútuos

As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia possui quatro operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil e uma com a Enel Finance International N.V (controle comum), conforme detalhados a seguir:

a) Mútuo subordinado

Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação do mútuo subordinado com uma nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 2.965. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 202.598.

b) Mútuo não subordinado

Mútuo 53: Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 788.003, com

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANNEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas R\$788.003, com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979.

Em 31 de março de 2020 a Companhia, com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 30 de junho de 2020. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 3.009.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro renovou o mútuo alterando seu vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia ficou isenta de custo de IOF respaldado pelo decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020 houve o pagamento parcial de principal e juros no montante de R\$ 575.138, sendo recolhido o IR de R\$ 5.129. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 246.043.

Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 102.303.

Mútuo 55: Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 765.424.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 21 de dezembro de 2020 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$750.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2024 a uma taxa de CDI + 1,41 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 750.754.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31.12.2020			31.12.2019	
	Circulante		Não circulante	Circulante	
	Encargo	Encargo	Principal	Encargo	Principal
Empréstimos com partes relacionadas					
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	202.598	-	196.029
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	-	17.853	1.095.917	2.234	791.693
Enel Finance International N.V.	754	-	750.000	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	754	17.853	2.048.515	2.234	987.722

	31.12.2020	31.12.2019
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas		
Enel Brasil Mútuo Subordinado	6.569	13.307
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	44.981	64.198
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	-	8.525
Enel Finance International N.V.	754	-
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	52.304	86.030

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Fortaleza	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	914.662	108.791	1.023.453
Captação	3.690	-	3.690
Amortização	-	(100.588)	(100.588)
Encargos provisionados	64.198	8.524	72.722
Encargos pagos	(5.900)	(16.727)	(22.627)
Juros incorporados ao capital	13.306	-	13.306
Saldo em 31 de dezembro de 2019	989.956	-	989.956
Captação	1.600.000	-	1.600.000
Amortização	(545.776)	-	(545.776)
Encargos provisionados	52.304	-	52.304
Encargos pagos	(29.362)	-	(29.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.067.122	-	2.067.122

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2020	31.12.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	4.957	5.060
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	139	619
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	626	-
Total	5.722	5.679

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

19. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2020
Trabalhistas (a)	285.477	31.013	(36.467)	27.834	(13.702)	294.155
Cíveis (b)	315.607	156.804	(129.250)	64.762	(122.010)	285.913
Fiscais (c)	23.864	27.160	-	152.773	(18)	203.779
Regulatório (d)	1.444	17.011	(17.011)	-	-	1.444
Total	626.392	231.988	(182.728)	245.369	(135.730)	785.291

Total do passivo circulante 179.662
Total do passivo não circulante 605.629

	31.12.2018	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2019
Trabalhistas (a)	283.327	40.302	(54.271)	32.937	(16.818)	285.477
Cíveis (b)	283.636	207.742	(89.565)	29.809	(116.015)	315.607
Fiscais (c)	30.811	52	(7.701)	606	96	23.864
Regulatório (d)	4.430	9.238	(353)	-	(11.871)	1.444
Total	602.204	257.334	(151.890)	63.352	(144.608)	626.392

Total do passivo circulante -
Total do passivo não circulante 626.392

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 14.301 (R\$14.150 em 31 de dezembro de 2019).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 6.313, valor total do auto de R\$ 15.783, (R\$ 6.255 e R\$ 15.636 em 31 de dezembro de 2019) e de R\$ 554, valor total do auto R\$ 2.768 (R\$548 e R\$2.738 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

c.3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da Companhia e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A Companhia apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa, o qual aguarda julgamento. Devido ao estágio atual do processo, a Companhia acredita que o seu recurso será julgado e o processo concluído ao longo do exercício de 2021. A provisão total atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, em dezembro de 2020, é de R\$ 179.662.

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

23.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	276.500	305.607
Cíveis (a)	1.275.523	1.192.158
Fiscais (b)	1.738.469	1.900.780
Juizados especiais	122.284	164.067
Regulatório	17.011	-
Total	3.429.787	3.562.612

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Cíveis

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 23.1.b.

b) Fiscais

b.1) Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.314.371 (R\$ 1.300.168 em 31 de dezembro 2019).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 335.843 em 31 de dezembro de 2019), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.147 em 31 de dezembro de 2019). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.494 e R\$ 2.349 respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 12.367 e R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 41.936 (R\$ 41.096 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2020 de R\$ 22.460 (R\$ 20.409 em 31 de dezembro de 2019).

Ativo Contingente

Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal interpôs apelação e o Tribunal negou provimento ao recurso e manteve a sentença. Foram opostos embargos de declaração pela União Federal, os quais foram improvidos pelo Tribunal. Aguarda-se transcurso de prazo para recurso.

Por se tratar de ativo contingente, nenhum registro foi efetuado pela Companhia.

23.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	178.766	166.204
Cíveis	78.008	59.363
Fiscais	699	701
Total	257.473	226.268

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

20. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço		(593.132)	(173.440)	(766.572)
Participação da União, Estados e Municípios		(434)	(246)	(680)
Participação Financeira do Consumidor		(290.111)	(138.965)	(429.076)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(30.766)	(14.560)	(45.326)
Pesquisa e desenvolvimento		(15.435)	(3.554)	(18.989)
Outros		(256.386)	(16.115)	(272.501)
(-) Amortização Acumulada - AIS		223.415	69.995	293.410
Participação da União, Estados e Municípios	4,10%	198	109	307
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,10%	12.281	5.875	18.156
Pesquisa e Desenvolvimento	4,10%	3.991	1.434	5.425
Outros	4,10%	206.945	62.577	269.522
Total		(369.717)	(103.445)	(473.162)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A) =	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço	(766.572)	-	(766.572)	-	(766.572)	(766.572)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	(680)	-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(429.076)	-	(429.076)	-	(429.076)	(429.076)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	(45.326)	-	(45.326)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.989)	-	(18.989)	-	(18.989)	(18.989)
Outros	(272.501)	-	(272.501)	-	(272.501)	(272.501)
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-
Outros	(128.243)	-	(128.243)	-	(128.243)	(128.243)
(-) Amortização acumulada - AIS	293.410	23.784	317.194	23.784	317.194	293.410
Participação da União, Estados e Municípios	305	26	331	26	331	305
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	18.156	1.760	19.916	1.760	19.916	18.156
Pesquisa e Desenvolvimento	5.424	770	6.194	770	6.194	5.424
Outros	269.525	21.228	290.753	21.228	290.753	269.525
Em curso	(100.840)	(1.152)	(101.992)	(1.152)	(101.992)	(100.840)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	(6.701)	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(14.632)	-	(14.632)	-	(14.632)	(14.632)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.187)	-	(2.187)	-	(2.187)	(2.187)
Valores Pendentes de Recebimento	(74.212)	-	(74.212)	-	(74.212)	(74.212)
Outros	(3.108)	(1.152)	(4.260)	(1.152)	(4.260)	(3.108)
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-
Total	(574.002)	22.632	(551.370)	22.632	(551.370)	(574.002)

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Reavaliação (B)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A) + (B) =	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em serviço	(622.314)	-	(144.258)	-	(766.572)	(144.258)	(766.572)	(622.314)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	-	(680)	-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(429.076)	-	-	-	(429.076)	-	(429.076)	(429.076)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	-	(45.326)	-	(45.326)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.989)	-	-	-	(18.989)	-	(18.989)	(18.989)
Outros	(128.243)	-	(144.258)	-	(272.501)	(144.258)	(272.501)	(128.243)
Excedente de reativos	-	-	-	63.317	-	-	-	-
Outros	(128.243)	-	(144.258)	(63.317)	(335.818)	(144.258)	(335.818)	(128.243)
(-) Amortização acumulada - AIS	197.073	23.773	72.564	-	293.410	96.337	293.410	197.071
Participação da União, Estados e Municípios	279	26	-	-	305	26	305	405
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	137.453
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	16.397	1.759	-	-	18.156	1.759	18.156	23.822
Pesquisa e Desenvolvimento	4.655	769	-	-	5.424	769	5.424	6.007
Outros	175.742	21.219	72.564	-	269.525	93.783	269.525	29.384
Em curso	(95.689)	(5.151)	-	-	(100.840)	(5.151)	(100.840)	(95.689)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	-	(6.701)	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(12.589)	(2.043)	-	12.589	(14.632)	(2.043)	(14.632)	(12.589)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.187)	-	-	-	(2.187)	-	(2.187)	(2.187)
Valores Pendentes de Recebimento	(74.212)	-	-	-	(74.212)	-	(74.212)	(74.212)
Outros	-	(3.108)	-	(64.746)	(3.108)	(3.108)	(3.108)	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	52.157	-	-	-	-
Total	(520.930)	18.622	(71.694)	-	(574.002)	(53.072)	(574.002)	(520.932)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	166.634.326	100,00%	166.634.326	100,00%

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Destinação dos resultados

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro do exercício	48.924	279.258
(-) Reserva legal	(2.446)	(13.963)
(+) Reversão de dividendos prescritos	216	56
Lucro ajustado	46.694	265.351
Dividendo mínimo obrigatório	(11.674)	(66.338)
	35.020	199.013
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(107.921)	(51.055)
Valor transferidos ou (absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	(72.901)	147.958

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$66.338; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$147.958.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2020	31.12.2019
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	2.138	1.056
Tributos diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	(727)	(359)
Total	1.411	697

22. Receita Líquida

	31/12/2020			31/12/2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.527.633	4.929.191	4.248.275	2.423.623	4.838.863	4.060.792
Industrial	3.284	179.005	199.429	3.455	225.582	232.249
Comercial	132.492	1.565.233	1.596.844	139.115	1.913.835	1.887.297
Rural	63.642	173.372	141.615	63.050	174.442	129.620
Poder público	12.999	382.919	383.349	13.794	508.553	480.401
Iluminação pública	1.810	562.415	344.638	1.880	559.281	335.596
Serviço público	2.823	302.425	237.577	1.981	300.135	225.545
Suprimento e revenda	24	493.584	102.541	24	502.620	100.493
Fornecimento faturado	2.744.707	8.588.144	7.254.268	2.646.922	9.023.312	7.451.993
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	304.475	-	-	274.315
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(29.454)	-	-	(34.543)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.744.707	8.588.144	7.529.289	2.646.922	9.023.312	7.691.765
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	333.575	-	-	52.969
Subvenção baixa renda	-	-	58.356	-	-	35.238
Subvenção de recursos da CDE	-	-	221.896	-	-	207.139
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	674	2.643.188	803.436	484	2.538.076	787.317
Receita de construção	-	-	831.999	-	-	718.037
Venda de Energia Excedente - MVE (a)	-	-	-	-	-	18.443
Outras receitas	-	-	100.405	-	-	100.047
Total outras receitas	674	2.643.188	2.349.667	484	2.538.076	1.919.190
Receita operacional bruta	2.745.381	11.231.332	9.878.956	2.647.406	11.561.388	9.610.955
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(2.136.922)	-	-	(2.176.670)
COFINS - corrente	-	-	(720.108)	-	-	(688.296)
PIS - corrente	-	-	(150.447)	-	-	(149.433)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(53.277)	-	-	(51.309)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(581.219)	-	-	(628.684)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(8.473)	-	-	(8.088)
ISS	-	-	(4.194)	-	-	(4.189)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(3.654.640)	-	-	(3.706.669)
Receita operacional líquida	2.745.381	11.231.332	6.224.316	2.647.406	11.561.388	5.904.286

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Pessoal e Administradores

	31.12.2020	31.12.2019
Despesa de pessoal		
Remuneração	(130.585)	(129.297)
Encargos sociais	(45.630)	(46.943)
Provisão de férias e 13º salário	(15.356)	(15.928)
Plano de saúde	(5.908)	(4.664)
Previdência privada	(16.176)	(10.653)
Participação nos resultados	(18.597)	(13.351)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(24.514)	(25.393)
Outros	48.994	41.258
(-) Transferências para intangível em curso	66.491	65.225
Total	(141.281)	(139.746)

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(64.529)	(23.768)
Diferidos	90.045	32.372	5.053	1.818
Total	90.045	32.372	(59.476)	(21.950)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(372.113)	(372.113)	247.128	247.128
Adições:				
Gratificação a administradores	2.249	2.249	2.112	2.111
Perdão de dívida	684	594	124	122
Diferença de ajustes - societário vs regulatório	8.777	8.777	(6.637)	(6.633)
Outras despesas indedutíveis	320	806	540	1.156
Total das adições	12.030	12.426	(3.861)	(3.244)
Base de cálculo	(360.083)	(359.687)	243.267	243.884
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	90.045	32.372	(60.793)	(21.950)
Incentivos	-	-	1.317	-
Total da despesa com tributos	90.045	32.372	(59.476)	(21.950)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	160.394	100.476
Provisão para déficit previdenciário	257.820	202.220
Provisão para ações judiciais e regulatórias	266.999	212.973
SWAP - debêntures	-	2.117
Provisão para desativação	13.770	13.770
Outras provisões	168.586	110.691
	867.569	642.247
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	321.751	339.441
SWAP - debêntures	91.188	24.982
Diferido perdas de bens	11.325	12.164
	424.264	376.587
Total	443.305	265.660

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custos/despesas operacionais

	31/12/2020				31/12/2019			
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(87.091)	-	(54.190)	(141.281)	(95.922)	-	(43.824)	(139.746)
Material	(15.772)	-	(2.966)	(18.738)	(13.591)	-	(2.368)	(15.959)
Serviços de terceiros	(426.956)	(15.941)	(68.859)	(511.756)	(366.096)	(15.419)	(64.381)	(445.896)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.884.139)	-	-	(2.884.139)	(2.781.364)	-	-	(2.781.364)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(706.675)	-	-	(706.675)	(525.037)	-	-	(525.037)
Depreciação e amortização	(402.427)	-	(25.957)	(428.384)	(371.032)	-	(23.173)	(394.205)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(503.625)	-	(503.625)	-	(242.573)	-	(242.573)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(23.262)	(23.262)	-	-	(103.546)	(103.546)
Outras despesas operacionais	(153.421)	-	(62.206)	(215.627)	(110.755)	-	(27.343)	(138.098)
Subtotal	(4.676.481)	(519.566)	(237.440)	(5.433.487)	(4.263.797)	(257.992)	(264.635)	(4.786.424)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	8.390	20.575
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	37.732	64.711
Multa por impontualidade de clientes	48.852	41.205
Variação monetária	19.096	10.668
Variação cambial de dívida	183	144.815
Dívida - Marcação a mercado	2.213	29.091
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	300.058	209.855
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	34.235
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	8.959	34.230
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	7.416	33.923
Ganho disputa judicial Furnas		103.625
Outras receitas financeiras	24.511	14.619
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.316)	(6.634)
Subtotal	453.094	734.918
Despesas financeiras		
Variação monetária de dívidas	-	(11.262)
Variação cambial de dívidas	(300.121)	(181.291)
Dívida - Marcação a mercado	-	(27.589)
Encargos de dívidas	(65.526)	(101.754)
Juros debêntures	(48.073)	(84.575)
Atualização de Provisão para processos judiciais e outros (a)	(245.369)	(63.352)
Encargos fundo de pensão	(30.148)	(31.967)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(4.606)	(173.426)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(41)	(34.712)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(3.330)	(53.289)
Encargos de mútuos	(52.304)	(86.030)
IOF/IOC	(307)	(4.986)
Encargos com venda de recebíveis	(167)	(13.486)
Custos pré-pagamento BNDES	-	(28.063)
Outras despesas financeiras	(66.746)	(38.292)
Subtotal	(816.738)	(934.074)
Total do resultado financeiro	(363.644)	(199.156)

- a) A variação nos exercícios apresentados decorre principalmente de dois processos judiciais registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme detalhados a seguir:

a.1 Registro de atualização e juros no montante total de R\$ 40.036 referente a um processo em que se discute o efeito do aumento das tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80. O caso já se encontra em liquidação de sentença transitada em julgado, que determinou a devolução de valores eventualmente pagos a maior até os dias atuais. A Companhia defendeu a tese de que, a partir de novembro de 1986, não houve cobrança a maior (efeito cascata), de forma que o valor a ser restituído a partir dessa data é igual a zero. Na primeira instância, os argumentos da Companhia foram acolhidos e a sentença limitou o valor devido entre o período compreendido entre março e novembro de 1986. Em segunda instância, todavia, houve o reconhecimento do efeito cascata, abrangendo o período após novembro de 1986. Por essa razão, foram realizados novos cálculos e, conseqüentemente, a

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

provisão foi ajustada. A parcela correspondente à atualização e juros foi registrada como despesa financeira.

a.2 Conforme detalhado na nota 23.c.3, a Companhia sofreu execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O provisionamento da referida execução fiscal, ocasionou o reconhecimento de atualização financeira em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$152.520.

27. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	566.686	303.062
Títulos e valores mobiliários	129.555	106.258
Instrumentos financeiros derivativos - swap	333.416	132.540
Consumidores e outras contas a receber	1.577.929	1.413.755
Ativos financeiros setoriais	-	164.520
	2.607.586	2.120.135

Em 31 de dezembro de 2020, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2020	31.12.2019
AAA	601.441	275.400
AA+	4.704	95.784
AA	31.105	-
Total geral	637.250	371.184

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2020	31.12.2019
AA-	333.416	132.540
Total geral	333.416	132.540

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (em reais).

	31.12.2020
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	1.106.303
Exposição Patrimonial	1.106.303
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(1.104.663)
Exposição Cambial Total	1.640

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 90% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e Libor).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Selic	36.909	5,79%	33.072	8,91%
CDI	600.337	94,21%	314.842	84,82%
Pré-Fixado	4	0,00%	23.270	6,27%
Total	637.250	100,00%	371.184	100,00%

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	430.510	10,06%	662.188	17,16%
TJLP	-	0,00%	24.978	0,65%
CDI	3.844.355	89,85%	3.147.490	81,58%
Libor	3.774	0,09%	23.404	0,61%
Total	4.278.639	100,00%	3.858.060	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000. Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 2.700.000 dos quais, em 31 de dezembro de 2020, estavam disponíveis R\$ 685.487.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.316.368, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	3.607.125	2.376.067
Debentures (Nota 15)	1.004.930	1.614.533
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (Nota 30)	(333.416)	(132.540)
Dívida	4.278.639	3.858.060
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(566.686)	(303.062)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(129.555)	(106.258)
Dívida líquida (a)	3.582.398	3.448.740
Patrimônio líquido (b)	3.591.235	3.660.976
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	50%	49%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2020 é de 50% (49% em 31 de dezembro de 2019), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	9.102	18.828	427.953	636.392	1.092.275
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	-	503.404	-	-	503.404
Debêntures	-	9.971	10.378	1.039.614	1.059.963
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	227	-	27.330	2.197.960	2.225.517
Total	9.329	532.203	465.661	3.873.966	4.881.159

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020					
Instrumentos financeiros derivativos – Swap recebimentos	(5.554)	(183.404)	(146.642)	(1.790)	(337.390)
Total	(5.554)	(183.404)	(146.642)	(1.790)	(337.390)

f) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa					
Títulos e valores mobiliários					
Consumidores					
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional					
Ativos financeiros setoriais					
Total do Ativo		2.964.301	2.961.070	2.439.312	2.439.312
Passivo					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Debêntures em moeda nacional					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Instrumentos financeiros derivativos - Swap					
Instrumentos financeiros derivativos - Swap					
Passivos financeiros setoriais					
Fornecedores					
Total do Passivo		6.412.539	6.343.657	5.178.809	5.205.370

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

g) Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Contraparte	Contrato de swap	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					31.12.2020	31.12.2019
ITAÚ S.A.		05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	151.097	56.439
CITIBANK S.A.		28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	179.120	66.249
SCOTIABANK S.A.		15/07/2019	15/07/2020	USD + 2,47%aa FIXO 6,05% aa	-	9.852
BNP PARIBAS S.A II		23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	3.199	-

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2018	98.833
Juros SWAP	(19.059)
Variação cambial SWAP	36.429
Marcação a mercado no resultado	(477)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	5.306
Pagamentos de Juros	19.518
Recebimentos Principal	(8.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.540
Juros SWAP	5.629
Variação cambial SWAP	295.452
Marcação a mercado no resultado	(41)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	1.082
Pagamentos de Juros	7.991
Recebimentos Principal	(109.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2020 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	151.097	148.398	2.699	-	250.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Libor x DI 28.03.18 Citibank	179.120	183.332	-	(4.212)	320.000	Valor justo por meio de resultado
Fixo (USD) x DI 23.12.20 BNP II	3.199	3.760	(561)	-	199.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	333.416	335.490	2.138	(4.212)	769.999	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2020.

O *swap* com o Citibank no montante de R\$ 179.120 é marcado a mercado por meio do resultado. A dívida relacionada a esse *swap* também é marcada a mercado por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2020, a marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo é negativa em R\$ 4.212, enquanto a da dívida é positiva em R\$ 2.158.

h) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Dez. 2021		
		31.12.2020	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	34.369	980	735	490
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	224.941	6.417	4.813	3.209
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	9.199	9.199	6.899	4.600
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.969.850	59.548	44.661	29.774
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(771.245)	(11.766)	(14.094)	(16.410)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	497.507	14.870	43.233	66.817
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	607.154	19.546	119.049	116.528
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(432.645)	(34.074)	(34.074)	(34.074)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(605.019)	(19.522)	(118.511)	(115.564)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(3.073.110)	(103.380)	(120.760)	(138.050)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(501.281)	(14.983)	(43.561)	(67.324)
			(73.165)	(111.610)	(150.004)

Taxas utilizadas	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
CDI	2,85%	3,57%	4,28%
IPCA	1,50%	1,87%	2,24%
Libor	0,19%	0,24%	0,29%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 15.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	16.395	69.409	53.014	113.462	97.067
ITAÚ 4131 SWAP PA	(16.381)	(69.349)	(52.968)	(113.364)	(96.983)
ITAÚ 4131 SWAP PP	3.364	4.194	830	5.019	1.655
CITIBANK 4131 II	14.983	43.561	28.578	67.324	52.341
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(14.870)	(43.233)	(28.363)	(66.817)	(51.947)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	2.264	2.642	378	3.018	754
BNP PARIBAS 4131 II	3.127	49.102	45.975	87.307	84.180
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	(3.165)	(49.700)	(46.535)	(88.369)	(85.204)
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	6.138	7.258	1.120	8.372	2.234
Total Despesa	11.855	13.884	2.029	15.952	4.097

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.737.937 em 2021, R\$2.717.172 em 2022, R\$2.688.144 em 2023, R\$2.750.752 em 2024 e R\$47.618.711 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

dezembro de 2020 que foram homologados pela ANEEL.

29. Participação nos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 18.597 e R\$ 13.351, respectivamente.

30. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 2.143.040	R\$ 6.760.700
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	R\$ 678.824
Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	N/A	R\$ 135.214

31. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2020	31.12.2019
Compensação CDE (notas 8 e 20)	(295.284)	-
Adoção inicial (CPC 06 R2) (nota 19)	-	48.673
Remensuração de ativos (CPC 06 R2) (nota 19)	461	4.472

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.12.2020	31.12.2019
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(153.947)	(188.962)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(1.426)	(19.293)
	(155.373)	(208.255)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2020	31.12.2019	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de Debêntures	-	998.374	18	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	2.000.951	689.823	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de debêntures (principal)	(600.000)	-	18	Debêntures
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.089.113)	(1.420.866)	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(5.142)	(12.370)	19	Obrigações por arrendamentos
Recebimento de instrumento derivativo (principal)	109.237	8.010	30	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Pagamento de dividendos	(66.295)	(40.642)	Conforme demonstrado no quadro a seguir	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	349.638	222.329		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2020
	31.12.2019	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	
Dividendos a pagar	112.824	(216)	11.674	57.987
			(66.295)	

De forma a preservar a liquidez de caixa da Companhia em virtude da conjuntura econômica atual, a controladora Enel Brasil concordou em postergar para até 31 de dezembro de 2021, o recebimento de parte dos dividendos deliberados na AGO realizada em 27 de abril de 2020 no montante de R\$ 46.237. Esses dividendos já se encontravam no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 visto que representavam uma obrigação legal (parte dos dividendos mínimos do referido exercício).

	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2019
	31.12.2018	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	
Dividendos a pagar	87.184	(56)	66.338	112.824
			(40.642)	

32. Reajuste tarifário

Reajuste tarifário anual de 2021

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +6,02% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irrecuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Receita Irrecuperável	0,10%
Parcela A	15,15%
Parcela B	1,71%
Reajuste Econômico	
CVA Total	8,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,58%
Reajuste Financeiro	-4,29%
Índice de Reajuste Total	12,67%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
Efeito Para o Consumidor	6,12%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em +22,9%, representando +15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais - aumento de +34,4%, representando +4,93% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 (“CDE COVID”) e dos encargos com o PROINFA e TFSEE;
 - Energia comprada - aumento de +10,9%, decorrente principalmente da elevação da variação do dólar relativo à Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +4,47% no reajuste econômico;
 - Encargos de transmissão - aumento de +57,1% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +5,65% no reajuste econômico;
 - Receitas Irrecuperáveis - aumento de +0,19% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,10% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IPCA de 4,98%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
 - Fator X de 0,09%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de -R\$ 242.123, dentre os quais destacam-se: R\$ 467.594

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais positivo de R\$ 118.840, Sobrecontratação positivo de R\$ 21.045, Reversão Efeito Conta-COVID negativo de -R\$ 806.237, Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 158.170.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +10,38% e +4,63% para alta e baixa tensão, respectivamente.

33. Eventos subsequentes

- a) Nos dias 7 e 29 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante total de R\$ 260.581 (principal de R\$ 257.638 e juros de R\$ 2.943), relativo aos mútuos com sua controladora Enel Brasil que vinham sendo renovados desde 2015. Esses mútuos foram parcialmente refinanciados com novo empréstimo junto a Enel Finance (EFI) contraído em dezembro de 2020.
- b) Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 20 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue:
 - (i) Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$11.674.
 - (ii) Reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$72.901.
- c) Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da ENEL Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2021 até 21 de abril de 2022, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo 10,21% para os consumidores em alta tensão e 8,54% para os consumidores em baixa tensão.

Neste processo tarifário foram realizadas medidas para alívio do efeito médio aos consumidores que contribuíram para uma redução de 20,2 p.p. em que são destacadas:

Sobre a CONTA-COVID, os valores transferidos para a ENEL CE equivalem a totalidade dos valores recebidos pela distribuidora, devidamente atualizados pela SELIC, e correspondem aos itens previstos na resolução normativa nº 885, de 2020, totalizando um impacto negativo de 9,09%.

Em relação ao Reperfilamento de custos de Rede Básica (RBSE) é componente financeiro associado às instalações de transmissão existentes em 31 de dezembro de 2020, relacionado a remuneração ou juros pelo capital não recebido no período de 2013 a junho 2017, que segundo parecer da Procuradoria da ANEEL, desse ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020 e incorporada à Receitas Anuais Permitidas (RAP) das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021. A alternativa adotada é o reperfilamento deste valor do ciclo 2020/2021 para um prazo de 8 (oito) anos e de forma gradativa para o ciclo 2021/2022. Neste contexto e tendo em vista o cenário de elevada pressão tarifária em 2021, de forma excepcional, será antecipado o benefício dessa redução prevista dos custos de transmissão às distribuidora com impacto negativo de R\$ 67.509, representando redução tarifária de 1,34%.

Já o financeiro extraordinário de reversão de receitas de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (UDER) é definido pelo submódulo 2.1 do PRORET para devolução a

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

partir de abril de 2023. No entanto, como parte das soluções desenvolvidas para mitigar a elevação tarifária, foi considerado um componente financeiro negativo, já neste processo, no valor de R\$ 54.088 (redução tarifária de 1,07%).

A Antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da Cofins foi considerada como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 386.200 (trezentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil reais), contribuindo para uma redução de 7,65%.

Adicionalmente, a fim de amenizar um pouco mais o efeito nas tarifas, a ENEL CE propôs também um diferimento de R\$ 53.000. de parcela B, cujo impacto representa 1,05%. Tal valor será revertido à distribuidora no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pelo IPCA.

Além disso a ENEL CE entrou com Mandado de Segurança contra a aplicação do despacho nº 2508, de 2020, que estabeleceu os montantes de sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017. Desta forma a ANEEL suspendeu os efeitos do despacho 2508/2020 para a ENEL CE e este fato resultou em um impacto positivo de R\$56.787 até o julgamento do mérito do tema pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	566.686	-	566.686	303.062	-	303.062
Títulos e valores mobiliários	129.555	-	129.555	106.258	-	106.258
Consumidores e outras contas a receber	1.843.952	(310.467)	1.533.485	1.468.059	(114.264)	1.353.795
Ativo financeiro setorial	-	285.595	285.595	138.062	235.413	373.475
Subvenção CDE - desconto tarifário	22.015	-	22.015	295.867	-	295.867
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	38.044	-	38.044	30.925	-	30.925
Outros tributos compensáveis	142.473	-	142.473	112.521	-	112.521
Serviço em curso	41.256	-	41.256	32.788	-	32.788
Instrumentos financeiros derivativos - swap	330.288	-	330.288	14.953	-	14.953
Outros créditos	132.143	20.001	152.144	108.455	16.011	124.466
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	3.246.412	(4.871)	3.241.541	2.610.950	137.160	2.748.110
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Consumidores e outras contas a receber	44.444	-	44.444	24.126	35.834	59.960
Ativo financeiro setorial	-	39.950	39.950	26.458	42.005	68.463
Depósitos vinculados a litígios	257.473	-	257.473	226.268	-	226.268
Outros tributos compensáveis	106.522	-	106.522	87.433	-	87.433
Serviço em curso	-	-	-	16.600	-	16.600
Tributos diferidos	305.138	562.431	867.569	276.807	365.440	642.247
Instrumentos financeiros derivativos - swap	3.231	-	3.231	128.279	-	128.279
Ativo indenizável (concessão)	4.321.429	(4.321.429)	-	3.613.155	(3.613.155)	-
Imobilizado	101.701	7.578.235	7.679.936	106.893	7.362.096	7.468.989
Intangível	2.633.051	(2.255.855)	377.196	2.649.716	(2.322.637)	327.079
Ativos contratuais	619.469	(619.469)	-	801.077	(801.077)	-
Investimentos	-	2.624	2.624	-	2.902	2.902
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.392.458	986.487	9.378.945	7.956.812	1.071.408	9.028.220
TOTAL DO ATIVO	11.638.870	981.616	12.620.486	10.567.762	1.208.568	11.776.330



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
PASSIVO						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	1.085.352	-	1.085.352	899.501	598	900.099
Empréstimos e financiamentos	931.255	-	931.255	1.876.718	-	1.876.718
Obrigações por arrendamentos	15.018	(15.018)	-	12.759	(12.759)	-
Salários, provisões e encargos sociais	76.609	-	76.609	38.864	-	38.864
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	7.197	-	7.197
Passivo financeiro setorial	301.498	285.595	587.093	-	235.413	235.413
Outras obrigações fiscais	200.161	-	200.161	195.453	-	195.453
Dividendos a pagar	57.987	-	57.987	112.824	-	112.824
Encargos setoriais	39.887	-	39.887	347.743	5.815	353.558
Instrumentos financeiros derivativos - swap	103	-	103	6.523	-	6.523
Provisão para processos judiciais e outros	179.662	-	179.662	-	-	-
Outras obrigações	108.903	-	108.903	112.087	-	112.087
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	2.996.435	270.577	3.267.012	3.609.669	229.067	3.838.736
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	2.681.857	-	2.681.857	1.115.264	-	1.115.264
Debêntures	998.943	-	998.943	998.618	-	998.618
Obrigações por arrendamentos	26.721	(26.721)	-	33.888	(33.888)	-
Passivo financeiro setorial	87.986	39.950	127.936	-	42.005	42.005
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	4.169	-	4.169
Encargos setoriais	50.654	-	50.654	51.058	-	51.058
Benefícios pós-emprego	590.246	-	590.246	463.222	-	463.222
Provisão para processos judiciais e outros	605.629	-	605.629	626.392	-	626.392
Outras obrigações	9.164	-	9.164	4.506	-	4.506
Tributos diferidos	-	424.264	424.264	-	376.587	376.587
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	551.374	551.374	-	574.006	574.006
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.051.200	988.867	6.040.067	3.297.117	958.710	4.255.827
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	2.498.230	-	2.498.230	2.498.230	-	2.498.230
Reservas de capital	23.254	-	23.254	23.254	-	23.254
Reservas de lucros	1.068.340	(550.702)	517.638	1.138.795	(550.702)	588.093
Reservas de reavaliação regulatória	-	610.845	610.845	-	645.183	645.183
Outros resultados abrangentes	1.411	-	1.411	697	-	697
Lucros (prejuízo) acumulados	-	(337.971)	(337.971)	-	(73.690)	(73.690)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.591.235	(277.828)	3.313.407	3.660.976	20.791	3.681.767
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.638.870	981.616	12.620.486	10.567.762	1.208.568	11.776.330



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita / ingresso						
Fornecimento de energia elétrica	7.558.743	58.239	7.616.982	7.726.308	128.314	7.854.622
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e	(29.454)	29.454	-	(34.543)	34.543	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	803.436	-	803.436	787.317	-	787.317
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	18.443	-	18.443
Outras receitas	380.657	21.784	402.441	342.424	61.446	403.870
Receita de construção	831.999	(831.999)	-	718.037	(718.037)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	333.575	(67.075)	266.500	52.969	(139.746)	(86.777)
	9.878.956	(789.597)	9.089.359	9.610.955	(633.480)	8.977.475
	-					
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
ICMS	(2.136.922)	-	(2.136.922)	(2.176.670)	-	(2.176.670)
PIS-PASEP	(150.447)	-	(150.447)	(149.433)	-	(149.433)
Cofins	(720.108)	-	(720.108)	(688.296)	-	(688.296)
ISS	(4.194)	-	(4.194)	(4.189)	-	(4.189)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(26.638)	-	(26.638)	(25.654)	-	(25.654)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(581.219)	-	(581.219)	(628.684)	-	(628.684)
Programa de eficiência energética - PEE	(26.639)	-	(26.639)	(25.655)	-	(25.655)
Taxa de fiscalização	(8.473)	-	(8.473)	(8.088)	-	(8.088)
Outros encargos	-	(9.701)	(9.701)	-	(38.098)	(38.098)
	(3.654.640)	(9.701)	(3.664.341)	(3.706.669)	(38.098)	(3.744.767)
Receita líquida / ingresso líquido	6.224.316	(799.298)	5.425.018	5.904.286	(671.578)	5.232.708



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.633.502	(799.298)	1.834.204	2.597.885	(671.578)	1.926.307
Custos gerenciáveis - parcela "B"						
Pessoal e administradores	(135.977)	(5.304)	(141.281)	(139.746)	-	(139.746)
Serviços de terceiros	(493.557)	(18.199)	(511.756)	(445.896)	-	(445.896)
Material	(18.738)	-	(18.738)	(15.959)	-	(15.959)
Arrendamentos e aluguéis	(2.947)	(8.301)	(11.248)	2.387	(12.967)	(10.580)
Seguros	(5.317)	-	(5.317)	(4.959)	-	(4.959)
Doações, contribuições e subvenções	(3.060)	-	(3.060)	(1.781)	-	(1.781)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(281.383)	(222.242)	(503.625)	(126.391)	(116.182)	(242.573)
Provisão para processos judiciais e outros	(23.262)	-	(23.262)	(103.546)	-	(103.546)
Tributos	(3.389)	-	(3.389)	(2.667)	-	(2.667)
Depreciação e amortização	(435.482)	7.098	(428.384)	(417.073)	22.868	(394.205)
Outros despesas operacionais	(136.778)	(55.835)	(192.613)	(57.544)	(60.567)	(118.111)
Receita de multa por impontualidade de clientes	48.852	(48.852)	-	64.711	(64.711)	-
Outras receitas operacionais	3.276	(3.276)	-	11.916	(11.916)	-
Custo de construção	(831.999)	831.999	-	(718.037)	718.037	-
	(2.319.761)	477.088	(1.842.673)	(1.954.585)	474.562	(1.480.023)
Resultado da atividade	313.741	(322.210)	(8.469)	643.300	(197.016)	446.284
Resultado financeiro	(237.921)	(125.723)	(363.644)	(220.700)	21.546	(199.156)
Receitas financeiras	568.395	(115.301)	453.094	709.997	24.921	734.918
Despesas financeiras	(806.316)	(10.422)	(816.738)	(930.697)	(3.375)	(934.074)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	75.820	(447.933)	(372.113)	422.600	(175.470)	247.128
Imposto de renda	(19.744)	109.789	90.045	(105.003)	45.526	(59.476)
Contribuição social	(7.152)	39.524	32.372	(38.339)	16.388	(21.950)
Lucro do exercício	48.924	(298.620)	(249.696)	279.258	(113.556)	165.702
Lucro por ação originado das operações	1,67587		(1,49847)	1,67587		0,99440
Básico - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	1,67142		(1,49448)	1,67142		0,99176
Detentores de ações ordinárias	1,67587		(0,00398)	1,67587		0,00264
Diluído - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	1,67142		(1,49448)	1,67142		0,99176
Detentores de ações ordinárias	1,67587		(0,00398)	1,67587		0,00264

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados nos quadros dispostos acima:

34.1 Provisão estimada para créditos de liquidações duvidosas

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, enquanto que para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

34.2 Ativos e passivos regulatórios

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itaipu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.
- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

34.3 Tributos diferidos

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

constituição de tributos diferidos sobre o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

34.4 Ativos financeiros da concessão

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados a concessão acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão, diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

34.5 Imobilizado

34.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

34.5.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

34.6 Intangível

34.6.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

34.6.2 Amortização

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

34.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

34.8 Receita Operacional

32.8.1. Efeito CPC 47 (IFRS/15)

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

35. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

35.1 Ativo financeiro

Conforme comentado na Nota 32.4, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

35.2 Ativo intangível

Conforme comentado na Nota 32.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, os valores vinculados a concessão passam

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

35.3 Receita e custo de construção (resultado)

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

35.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

A contabilidade regulatória não recepcionou a nova classificação dos bens vinculados à concessão para o ativo pelo ICPC-01, e desta forma a remuneração deste ativo financeiro também não deve ser informação considerada no Regulatório.

35.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Conforme comentado na Nota 32.3 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

36 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2020e 2019

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido societário	3.591.235	3.660.976
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(290.465)	(68.235)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	98.761	23.200
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(1.112.976)	(935.907)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	375.137	318.210
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	33.306	35.776
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	(11.324)	(12.164)
Reavaliação regulatória compulsória	945.482	997.510
Tributo sobre reavaliação regulatória compulsória	(321.464)	(339.444)
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	8.659	2.795
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	(2.944)	(950)
Patrimônio líquido regulatório	3.313.407	3.681.767

Conforme comentado nas Notas 34.5.1 e 34.6.1, a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da Companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/2010, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo órgão regulador, quando da revisão tarifária em 2014 e realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela a diferença existente no prejuízo societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

37 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2020 e 2019

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	48.924	279.258
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(222.243)	(116.182)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	75.563	39.502
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(167.423)	(44.087)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	56.924	14.990
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(12.115)	42.407
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	854	(12.164)
Reavaliação regulatória compulsória	(52.030)	(60.405)
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória	17.980	20.537
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	5.864	2.796
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	(1.994)	(950)
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade regulatória	(249.696)	165.702

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 36.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2020

Os Diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Niterói, 30 de abril de 2021.

Diretor Presidente - Artur Manuel Tavares Resende

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Recursos Humanos e Organização – Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor (a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretor (a) jurídico (a) – Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Artur Manuel Tavares Resende

Diretor de Planejamento e Engenharia - Vago

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Ampla Energia e Serviços S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Ampla Energia e Serviços S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Ampla Energia e Serviços S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 4.1 e 22 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente, desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Recalculamos o total da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada, com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora), e (ii) quantidade de unidades consumidoras por classe e suas correspondentes tarifas aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita. <p>Nossos testes revelaram deficiências na efetividade operacional dos controles internos dependentes em tecnologia da informação relacionados ao reconhecimento da receita para energia distribuída e não faturada. Consequentemente, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao reconhecimento da receita para energia distribuída e não faturada. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Ampla Energia e Serviços S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de fevereiro de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de julho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1